

# Expresso

REVISTA FRANCISCO PINTO BALEGUEIRO

5,0 ANOS DE CRIAÇÃO  
ASSINANTE DE ANUALIDADE: MARCELO MARQUES DE SOUSA

Preço de Venda: 1000\$00  
100\$00 - 1000\$00



## Novos secretários de Estado

UMA SÉRIE DE nome novos de estado de José Sarney de Estado e de seu subsecretário de Estado, o primeiro a ser nomeado para o cargo. O novo secretário de Estado é o advogado e político José Sarney de Estado e de seu subsecretário de Estado, o primeiro a ser nomeado para o cargo. O novo secretário de Estado é o advogado e político José Sarney de Estado e de seu subsecretário de Estado, o primeiro a ser nomeado para o cargo.

## Conselho de Ministros

OS NOMES dos membros do Conselho de Ministros foram anunciados pelo presidente Sarney. O novo Conselho de Ministros é formado por membros de diversas áreas, incluindo a agricultura, a indústria e a educação.

## Disposição do Plano Econômico na próxima semana

OS PLANOS econômicos para a próxima semana foram apresentados pelo governo. O plano prevê medidas para controlar a inflação e promover o crescimento econômico. O plano prevê medidas para controlar a inflação e promover o crescimento econômico.

## CDS mantém comício no Porto

O Partido Comunista Português (PCP) mantém o comício no Porto. O comício será realizado na próxima semana e terá como tema a luta pela democracia e a liberdade. O comício será realizado na próxima semana e terá como tema a luta pela democracia e a liberdade.

## Spissols em Madrid?

OS SPISOLS em Madrid? A situação política em Madrid é tensa e os rumores de uma intervenção estrangeira são muito fortes. A situação política em Madrid é tensa e os rumores de uma intervenção estrangeira são muito fortes.

# CR marca passo e manobras políticas continuam

CONSTITUÍÇÃO de 1934 continua a ser o ponto de partida para as manobras políticas. O Congresso Constituinte está em plena atividade e os debates são muito acalorados. O Congresso Constituinte está em plena atividade e os debates são muito acalorados.

## A questão militar

A questão militar continua a ser um dos pontos centrais das discussões. O exército brasileiro está em plena atividade e os debates são muito acalorados. O exército brasileiro está em plena atividade e os debates são muito acalorados.

**Lopes Cardoso**  
em  
**EXPRESSO**

- A Reforma agrária
- Ocupações e desocupações
- Papel dos pequenos e médios agricultores
- Ministério PS
- Sindicatos PC
- O Teleforum de Domingo passado

Pág. 13

**Do I ao VI GP - Uma história (gráfica) O VI GP • O discurso de P. de Azevedo • Um mês depois, onde estamos?**

Página 14 e 15

# Brejnev C. Gomes e a NATO AMI recruta pessoal e PS/GNR aguardam comandante(s)

OS COMANDANTES da AMI (Arma Militar de Infantaria) estão sendo recrutados. O PS/GNR aguarda o comandante(s) da unidade. O PS/GNR aguarda o comandante(s) da unidade.

## Apoio de Comandante

O apoio de um comandante é fundamental para o sucesso de qualquer operação. O apoio de um comandante é fundamental para o sucesso de qualquer operação.

OS COMANDANTES da AMI (Arma Militar de Infantaria) estão sendo recrutados. O PS/GNR aguarda o comandante(s) da unidade. O PS/GNR aguarda o comandante(s) da unidade.

**OMEGA DYNAMIC**

Um relógio que se renova. E jovem, é moderno.

# Principiam em Lisboa conversações Portugal-CEE

AS CONVERSAS entre Portugal e a Comunidade Europeia começaram em Lisboa. O assunto é a adesão de Portugal à CEE. O assunto é a adesão de Portugal à CEE.

AS CONVERSAS entre Portugal e a Comunidade Europeia começaram em Lisboa. O assunto é a adesão de Portugal à CEE. O assunto é a adesão de Portugal à CEE.

# 24 horas

em notícia

## Novos secretários de Estado

COM A TOMADA de posse ontem de manhã de doze Secretários de Estado e de sete subsecretários ficou quase completo o elenco ministerial. São os seguintes os empossados: arquitecto Ribeiro Teles, Ambiente; dr. Gomes Mota, Cooperação; dr. Meneses Pimentel, Recuperação Social; eng.º Ribeiro Pereira, Habitação e Urbanismo; dr. Paiva Campos, Orientação Pedagógica; dr. Martins Baptista, Abastecimento e Precos; dr. Pinto Pereira, Comércio Interno; eng.º Soares Martins, Indústria Ligeira; dr. Guedes Lebr, Marinha Mercante; dr. Purgado Fernandes, Formação Profissional; dr. Gomes Marques, Segurança Social; dr. Vasco da Graça Moura, Retornados.

Subsecretários de Estado: dr. Sá Machado, adjunto do Primeiro-Ministro; dr. Antunes Filipe, Planeamento; dr. Medina Carreira, Orçamento; dr. Santos Estrela, Tesouro; coronel Morais Barroso, Obras Públicas; dr. Luís Pereira de Moura, Transportes; dr. Pacheco Amaral, adjunto do ministro do Trabalho.

Não foi criada, como chegara a esperar-se, a nova Secretaria de Estado para a Condição Feminina. Esta continuará, pois, a funcionar como departamento inserido no MAS. Também o Secretário de Estado da Cultura não foi nomeado por não se ter ainda chegado a acordo quanto ao nome que deverá preencher o cargo. David Mourão Ferreira, convocado ontem pelo Primeiro Ministro, não seitou por considerar que não se encontram preenchidas as condições para uma acção eficaz, segundo nos disse. Avestam-se como possíveis, entre outros, os nomes de José Augusto França, Maria Lourdes Belchior, José Augusto Seabra e Jacinto Prado Coelho. Parece estar decidido que, de momento, será Secretaria de Estado e não Ministério da Cultura, mas com um estatuto de autonomia quer em relação ao MEIC quer ao MCS, ficando directamente dependente da Presidência do Conselho.

## Conselho de Ministros

REUNIU-SE ontem, em S. Bento, o Conselho de Ministros. O Conselho deliberou sobre importantes temas como a nacionalização da Companhia das Lezírias, e a criação de um lugar de Subsecretário de Estado Adjunto do Ministro da Agricultura e das Pescas. Também deverá ter apreciado a intervenção do Estado nos circuitos de comercialização, designadamente nas empresas em situação débil.

Até à hora a que fechamos esta edição não é conhecido comunicado oficial.

## Divulgação do Plano Económico na próxima sexta-feira

O PLANO ECONÓMICO de Emergência discutido no Conselho Económico da passada quarta-feira (ver pág. 11) com base num projecto elaborado por Vitor Constâncio, secretário de Estado do Planeamento, deverá ser apresentado ao país, através da TV no fim da próxima semana, pelo Primeiro-Ministro Pinheiro de Azevedo. Antes disso, porém, o Plano será apreciado na próxima quarta-feira no plenário do Conselho de Ministros para aprovação final.

Mais de que um Plano Económico propriamente dito, o projecto a apresentar englobará basicamente políticas sectoriais de curto prazo (mini-planos com a duração de três meses que eventualmente poderão ser extensivos para seis meses) que visam responder aos problemas mais urgentes com que se debatem os referidos sectores; inclusive prevê-se que estes planos sectoriais deverão englobar medidas de austeridade em determinados domínios, e a adopção de uma política de verdade relativamente a certos «preços políticos» subsidiados pelo Tesouro Público através do Fundo de Abastecimento.

Verifica-se assim, que o VI GP irá fazer o contraponto ao discurso proferido pelo Primeiro-Ministro na passada segunda-feira, e propor medidas imediatas de actuação para os problemas mais urgentes.

## CDS mantém comício no Porto

NÃO obstante a nota distribuída ontem pelo Governo Civil do Porto em que implicitamente se apelava para que o CDS (Centro Democrático Social) anulasse o comício marcado para as 15 horas de hoje na capital do Norte a fim de «preservar a possibilidade de ordem e tranquilidade públicas» aquele partido político afirmou, em comunicado posterior, não estar disposto a abdicar de um direito que lhe assiste, ao mesmo tempo que demonstra a sua estranheza pela tomada de posição do GC do Porto, que ainda há uma semana deixou passar sem reparos duas manifestações convocadas para aquela cidade, praticamente à mesma hora, e que culminaram com cenas de violência que provocaram dezenas de feridos.

Por outro lado, a OCMLP (Organização Comunista Marxista-Leninista Portuguesa) que foi uma das responsáveis pelo boicote do Congresso que o CDS realizou há tempos no Palácio de Cristal da «Cidade Invicta», em conferência de Imprensa informou que promove uma «grande concentração antifascista» em frente da sede do jornal «O Grito do Povo», com o objectivo de preservar possíveis provocações levadas a cabo pelos «fascistas» do CDS após o seu comício.

Entrando o Serviço de Coordenação e Extinção da FIDE/DGS e LP do Porto, a propósito de notícias inseridas nos nossos colegas «A Luta» e o «Comércio do Porto» acerca da apreensão, pelas Forças Armadas, de «cheiros da Fide» na posse da UDP, vem esclarecer que a documentação encontrada na delegação deste partido se refere apenas a alguns dos elementos daquelas sinistras organizações que se evadiram há tempo da cadeia de Alcaente.

## Spínola em Madrid?

SEGUNDO fontes dignas de crédito, o ex-general Spínola deverá chegar a Madrid no próximo dia 24. A sua vinda inesperada a Espanha é relacionada, por muitos observadores, com reuniões de elementos ligados ao ex-general e, como tem sido noticiado, com a presença no norte do país, e em Lisboa, de membros do M.D.L.P. e de ex-agentes do F.I.D.E.-D.G.S.

As autoridades políticas e militares estão atentas perante uma eventual ofensiva, que poderá vir da direita contra-revolucionária, ou servir de pretexto para um golpe de anticomunismo de «esquerda».

Em certos círculos considera-se que o comício de hoje, do C.D.S., no Porto (e a posição que perante ele tomarem certas organizações de extrema-esquerda), bem como a manifestação da F.U.R. na 5.ª feira próxima, em Lisboa, poderão ser barómetros da situação.

# CR marca passo e manobras políticas continuam

APESAR DE TER SIDO uma das mais longas reuniões de sempre, não será exagerado afirmar-se que a última reunião do Conselho da Revolução foi também das que menos avançou na resolução dos problemas concretos e imediatos sobre que se debateram. Isto é tanto mais grave quanto é verdade que os próprios conselheiros reconhecem que o extremo mediatismo da actual situação político-militar não se compatibiliza com mais períodos de hesitação.

A longa maratona do CR de 5.ª / 7.ª feira foi basicamente composta por duas partes: uma em que foram apresentadas algumas conclusões das entidades encarregadas dos processos de extinção da PIDE, DGS e LP e entregue um pormenorizado relatório; outra, a mais longa, em que, mais uma vez, se procedeu a uma pormenorizada análise da situação político-militar, com claro predomínio para as questões militares.

## A questão militar

No campo militar, continuou a defender-se duas grandes orientações quanto ao que deve ser o papel das Forças Armadas e, em particular, do Exército.

A primeira, directamente relacionada com a actuação dos generais Fábilo e Otelo, tem sido a que se tem posto em prática, talvez, mais por força das circunstâncias do que por efeito de decisão consciente e voluntária. Ela assenta em dois pontos básicos: deixar emergir os verdadeiros comandantes militares revolucionários, ainda que isto envolva o afastamento de oficiais, mesmo rápidos na sua capacidade de adaptação e, por outro lado, criar flocos progressistas em diversas unidades que permitam, mais tarde, generalizar essas experiências às próprias Regiões Militares.

Esta mesma linha tem ainda uma derivação, defendida por um dos generais referidos, que aponta para a constituição de poderes

paralelos no interior de cada unidade, sobrepondo ao canal normal de comando o canal das organizações do tipo dos SUV.

Os argumentos principais avançados em defesa de tal esquema, para além daqueles que referem a impopularidade para alargar o actual curso dos acontecimentos, são os seguintes: a situação política não permite o retorno a formas de disciplina de tipo clássico e, de qualquer modo, para que isso fosse possível, seria necessário afastar oficiais que pertenceram às fases iniciais do 25 de Abril, o que é insaciável.

A segunda grande linha de orientação, que recebeu o apoio directo ou o consenso tácito dos restantes membros do CR, defende a recuperação para as FA de um certo perfil militar que, não se identificando com a disciplina, cega do passado, garanta as condições mínimas de estabilidade militar face às orientações políticas dos órgãos estritamente políticos e governamentais.

Segundo os seus defensores, se essa linha mínima de disciplina não for garantida, as FA tornar-se-ão em factores adicionais de perturbação, inutilizando todos os esforços que se venham a desenvolver por qualquer composição governamental que se queira propor.

Esta foi a tese dimotivada defendida pelo Primeiro Ministro, considerando que os chefes militares se integram na hierarquia e a defendem em todas as circunstâncias ou, então, devem ter a coragem de assumir o poder e de suportar as inerentes responsabilidades.

Deve-se também sublinhar a posição clara e inequívoca tomada pelo Presidente da República, considerando insaciável, que persistência / por mais tempo o actual processo de desagregação das FA. E neste sentido que se deve entender a decisão tomada pelo CR, exigindo que o Chefe de Estado Manuel de Andrade, o comandante do COPCON e os comandantes das Regiões Militares tomassem, de imediato, medidas que

garantam o reforço de sua unidade, consciencialização, disciplina e eficiência — o que explica a reunião realizada já ontem entre estas individualidades para definição de um programa concreto de acção. Também dentro desta linha se devem interpretar os debates efectuados no CR no que se refere aos comandantes da PSP, GNR e GF.

## Análise política da situação

Como é evidente, a análise política esteve directamente relacionada com as actuais coordenadas militares. Reforçaram-se argumentos de defesa do VI Governo, considerado como a última alternativa democrática para a evolução política.

Foi referida a reduzida credibilidade interna e externa de um Governo que não tem condições efectivas de intervenção e, mais uma vez, denunciada a estratégia de apodreçamento da situação interna e que tem o apoio efectivo de oficiais radicais ligados à FUR e o apoio tácito do PCP. Para essa estratégia, o ideal seria colocar o VI Governo na posição de tomar medidas repetitivas que, com a espoliação que imediatamente seria feita pelos mass media de tais acções, possibilitaria uma nova radicalização da situação e, de qualquer modo, impediria a estabilização interna. Tudo isto, por sua vez, porá que ser enquadrado no processo atípico da desestabilização, já que o enfraquecimento das condições de acção política do governo português permitiria o livre jogo das forças políticas dominantes em Angola.

Em suma, o CR limitou-se a sublinhar o que já é óbvio para qualquer observador, sustentando a actual nível dos princípios formais e esquecendo-se que a essência de acção política é sempre a intervenção. E, portanto, continuam as grandes manobras das forças políticas de vocação totalitária.

## Principiam em Lisboa conversações Portugal-CEE

DECORREM em Lisboa, a partir de segunda-feira e durante cerca de 24 horas, importantes conversações entre uma delegação da CEE e as autoridades portuguesas, na sequência das decisões tomadas recentemente no Luxemburgo, para a presença de Melo Antunes.

Os objectivos das conversações são a discussão sobre a criação, mandato e programa de acção de uma Comissão Paritária, que se encarregará da ajuda financeira de emergência, e da preparação e avaliação conjunta de projectos de investimento, o estabelecimento do calendário de trabalho dos representantes do Banco Europeu de Investimentos com representantes portugueses, em meados de Novembro, nomeadamente para a preparação do protocolo financeiro, de um depósito de 5 milhões de contos já disponível e utilizável, mas ainda não titulado; o exame de novos pedidos de auxílio apresentados por Portugal à

Comunidade; e diversos problemas apresentados por Portugal à Comunidade; e diversos problemas relativos aos retornados de Angola (as discussões bilaterais específicas sobre o assunto deverão ter início logo no princípio de Novembro).

Preside à delegação da CEE o director-geral das Relações Exteriores, R. Kergorlay, que tem a seu cargo a coordenação das ligações com Portugal e, internamente, das acções a levar a cabo, na sequência das conversações do Luxemburgo. Acompanham-no representantes do BÉI e das direcções-gerais da Cooperação e Desenvolvimento (ajuda alimentar) da Indústria e Tecnologia e da Agricultura (aspectos misturados).

As conversações que decorrerão na tarde de 2.ª feira e na manhã do dia seguinte, destinam-se, na generalidade, a preparar o trabalho das várias delegações especializadas, que imediatamente

entrarão em funcionamento. Prevê-se que, no princípio de Dezembro, o Conselho Ministerial da CEE aprove o mandato da Comissão Paritária acima referida, que já terá entretanto ultimado a fase preparatória dos seus trabalhos; para meados do mesmo mês espera-se possa reunir a Comissão Mista Portugal-CEE, que apreciará os trabalhos até então desenvolvidos por ambas as partes.

A delegação portuguesa às conversações deverá incluir representantes dos Ministérios do Comércio Externo, das Finanças, dos Transportes, do Equipamento Social e Ambiente, do Comércio Interno, dos Negócios Estrangeiros, do Instituto de Apoio ao Retorno de Nacionais (IARN) e do Banco de Portugal. Na preparação das conversações participaram directamente vários ministros e secretários de Estado, tendo Melo

## E.F.T.A. apoia Portugal

Assunas dirigido pessoalmente os trabalhos

### A E.F.T.A. e Portugal

O auxílio a conceder a Portugal pelos seus parceiros da EFTA (Associação Europeia de Comércio Livre) foi discutido na reunião da Assembleia de parlamentares dos países integrantes daquela instituição, que se realizou no início desta semana (segunda e terça-feiras) em Genebra (Suíça).

A representação portuguesa na reunião foi assegurada por um grupo de deputados à Assembleia Constituinte, designados pelos respectivos grupos parlamentares: José Inês Castro e Eurico Correia (PS), Alfredo de Sousa (P.P.D.) e Basílio Horta (C.D.S.). Presidiu à delegação o deputado Coelho de Sousa do PPD, secre-

tário da mesa da Assembleia, em representação do respectivo presidente, Henrique de Barros.

Os parlamentares dos 7 países da EFTA ouviram atentamente uma descrição dos delegados portugueses sobre a situação "dramática" que reina em Portugal ao nível económico e político.

Analisada tal situação, os deputados resolveram sugerir que o conselho ministerial da organização tome, na sua reunião do próximo mês, as decisões necessárias em vista a prestar ao nosso país a assistência que necessita "na sua fase de transição para uma democracia moderna". Deliberaram ainda fazer pressão junto dos seus governos e do Conselho da EFTA no sentido de concretizar de forma imediata essa ajuda a Portugal.

A agenda de trabalhos da reunião não contemplava o exame do "dossier Portugal", destinando-se especificamente a analisar e

discutir a situação económica dos países membros da EFTA (Áustria, Finlândia, Islândia, Noruega, Portugal, Suécia, Suíça e Liechtenstein), o comércio livre na Europa face à situação da economia mundial e o papel futuro a desempenhar pela instituição (mecanismos de garantia do comércio livre, coordenação das posições dos países membros face à CEE e outros organismos internacionais, etc.), para além do objectivo de examinar o 15.º relatório da EFTA (1974/1975).

Recorda-se que o processo relativo ao auxílio da EFTA a Portugal se iniciou em Novembro de 1974, numa reunião ministerial da organização que decorreu em Helsínquia. No princípio do ano em curso Portugal apresentou uma lista de pedidos de comércio e de ajuda. Bengt Rabanus, secretário-geral da EFTA, veio a Lisboa, em

Continua pág. 10

Continuação pág. 17

visita oficial, em meados de Maio, para discutir e priorizar certos aspectos dessas propostas portuguesas, tendo elaborado um relatório que apresentou à reunião ministerial que decorreu, a 22 de Maio, em Genebra.

As propostas portuguesas em discussão dividem-se em quatro pontos: alongamento de calendário especial de redução dos direitos aduaneiros aplicados por Portugal a cerca de 170 produtos manufacturados e concessões tarifárias para as indústrias nascentes no nosso país; concessões relativas à importação pelos países da EFTA de alguns produtos agrícolas portugueses; assistência técnica; e a constituição de um "fundo industrial" de apoio ao desenvolvimento económico português.

As duas primeiras áreas implicarão uma modificação dos termos do Anexo G da Convenção de Estocolmo, intitulado "Disposições especiais para Portugal relativas aos direitos alfandegários sobre as importações e às restrições quantitativas à exportação". A modificação desse instrumento exigirá igual procedimento como se de uma alteração da própria Convenção se tratasse, devendo obter a ratificação de todos os países da EFTA, o que "a priori" se considera será bastante moroso.

Quanto à assistência técnica e à constituição de um fundo de desenvolvimento industrial, o Comité de Desenvolvimento Económico da EFTA, tem vindo a debruçar-se sobre o assunto desde, pelo menos, a sua reunião especial de 14 de Julho último.

Os domínios de assistência estendem-se à possibilidade de as indústrias portuguesas trabalharem em maior escala como sub-empresas de unidades fabricas dos países da EFTA, ao desenvolvimento dos recursos florestais e seu aproveitamento industrial, à formação profissional, à obtenção de equipamentos diversos com pagamentos diferidos e outras facilidades financeiras, à

administração financeira do Estado, nomeadamente a modernização dos serviços do Tesouro Público, à pesca, ao desenvolvimento do cooperativismo habitacional, à educação, à segurança e assistência social, etc.

Quanto à constituição do referido fundo industrial já objecto de algumas conversações bilaterais, acidentalmente com a Suécia, autor da ideia original, aquele comité decidiu em Julho, após se analisado preliminarmente o problema, criar uma comissão de especialistas para estudar o assunto. Esta comissão deveria ser reunido em Setembro, mas a reunião foi adiada, a pedido das autoridades portuguesas, para os próximos dias 23 e 24 do corrente em Genebra.

### Empréstimo alemão

A República Federal da Alemanha foi o primeiro país europeu que, a seguir à proposta de Melo Antunes no Luxemburgo, onde manteve diversos contactos com portugueses a sua total disponibilidade para apoiar as negociações de um acordo bilateral de empréstimo de 70 milhões de marcos (cerca de 700 mil contos). Este empréstimo, já anteriormente previsto, estava suspenso, devido a razões políticas ligadas à situação em Portugal.

Segundo fontes fidedignas, as autoridades alemãs mostram-se predispostas a que a assinatura do acordo se faça no início do próximo mês, em Bonn ou Lisboa, parecendo provável que a cerimónia final venha a celebrar-se nesta última cidade.

Resta apenas agora que as autoridades portuguesas se pronunciem sobre a data do início das negociações finais e sobre a constituição da delegação nacional à reunião. Da parte da RFA estão presentes um embaiador e representantes dos ministros de Cooperação Externa, das Finanças e da Economia e ainda do "Kreditanstalt", instituição bancária alemã da qual será concedido o referido crédito.

## “Manicómio em autogestão” e independência nacional

“MANICÓMIO EM AUTO-GESTÃO” é um dos menos desagradáveis epítetos com que Portugal tem sido mimoseado nos últimos tempos.

Na verdade, numa perspectiva de pura descrição, este país é dificilmente inteligível. Desde os seriados obstáculos à Reforma Agrária (ver pag. 13) às incongruências da situação económica (ver pag. 17), desde a continuação da crise politico-militar (ver pag. 1 e 3) até à dança dos golpes de Estado (ver pag. 2), a indefinição, a flutuação e o adiamento mantêm-se. E as pessoas interrogam-se: o VI Governo Provisório aguenta-se ou cai? e, se se aguentar, conseguirá governar? como retirar o país da falência económica? como conseguir uma gestão eficiente de tudo o que o Estado controla? como conseguir que os cidadãos trabalhem mais e melhor? e os Sindicatos mais a sua Inter-sindical que poder têm? e o poder popular existe e é positivo ou é manipulado e negativo? e que quer o PCP e os seus actuais aliados da FUR? qual o sentido da planificada agitação social que provocam e como lhe pôr termo? qual o papel de figuras militares como Vasco Gonçalves, Otelo ou Fáblio? e que coerência e consistência tem neste momento o PS? e para onde caminha o PPD? e que fazem e querem os Nove? e o AMI como será e para que será? e o CDS? porque está tão quieto e calado? e o MDLP onde está e que força tem? e Spínola que tem ido fazer a França? e o povo português quem é, com quem está, que lhe fazem e para onde o levam?

Em termos mais ou menos concretos, estas e muitas outras perguntas são feitas, diariamente, por milhões de pessoas em Portugal. As respostas surgem contraditórias, influenciadas ou deturpadas pelos meios de comunicação social, exageradas ou minimizadas pelas conveniências dos partidos políticos e das altas personalidades militares. Por isso, os portugueses vão ficando confusos, limitam-se a ainda saberem o que não querem, cada vez lhes sendo mais penoso descobrir uma saída para as suas dúvidas e problemas e para as questões que afligem o seu país. Claro que haverá minorias mais ou menos seguras de deterem a verdade única, tal como se verificava nos tempos pouco distantes do Estado Novo. Mas a grande maioria não compreende o que se passa e parece estar provado que não serão as vanguardas revolucionárias a esclarecê-la.

Para além da tese meramente descritiva do “manicómio em auto-gestão”, há porém, que tentar ver mais longe.

Antes de mais, o problema de Angola. A independência está marcada para 11 de Novembro e haverá quem esteja interessado em que ela seja declarada antes, como haverá quem tenha vantagem em adidi-la (ver pag. 2). Qualquer das opções tem obviamente a ver com o que, entretanto, suceder em Portugal.

Depois, há a questão de Portugal. Resolvido o caso angolano, antes ou depois de 11 de Novembro, os princípios definidos em Helsínquia poderão ter maior aplicabilidade. Se até aqui não houve grande pressão por parte do PCP e de militares a ele afectos para que Portugal saia da NATO, é porque a permanência de Portugal na Aliança Atlântica não interessa apenas aos agrupamentos e aos políticos pró-ocidentais; interessa também aos adeptos de Moscovo porque é condição de manutenção do novo equilíbrio gerado pela Conferência de Segurança e Cooperação Europeias (e talvez porque a não impede um certo tipo de penetração da União Soviética na Europa).

Não quer isto dizer que uma solução do problema de Angola venha resolver por si só todos as complexas questões portuguesas. É natural; no entanto, que a actual tactica de desestabilização venha a ser alterada e que a clarificação se torne mais fácil.

A moral da história é de que não há “manicómios em autogestão” por acaso. Há planos concebidos a curto, médio e longo prazo e contra-planos que se lhes opõem. Executantes e contra-executantes bons, sólidos e medíocres (no caso português, serão sólidos). Há organismos estrangeiros, conhecidos e desconhecidos, públicos e privados que apoiam os estrategas e os executivos.

E há uma expressão muito em moda em Portugal, que, infelizmente, perdeu grande parte do seu valor prático: independência nacional.



FERREIRA, Rogério Fernandes

A CRISE que se atravessa e que atinge todos os sectores, é sentida de modo particular no sector empresarial que chega a pôr o problema da sua própria identidade. A este respeito, é esclarecedor o artigo de Rogério Fernandes Ferreira que fala da função da empresa, do pertença do poder de decisão no seu seio, da noção de «lucro» etc.

FRANCISCO DE SÁ CARNEIRO, recém-retornado secretário-

-geral do PPD, retoma as lides políticas, publicando ao mesmo tempo dentro de dias um volume com os textos das suas recentes intervenções.

Publicamos parte da introdução a este volume que, contém uma clara tomada de posição fortemente crítica de todo o desenrolar do processo português, na linha de outras de Sá Carneiro que a imprensa já tem publicado.

## Reflexões sobre «a Empresa» na actualidade

Rogério Fernandes Ferreira

O retornado



HA QUEM afirme que se instalaram nas empresas "poderes inimigos", poderes interessados na sua destruição. Esta perspectiva não é a nossa e assenta numa não aceitação ideológica da evolução e em ideias incorrectas sobre um autêntico "objectivo" da empresa.

Porque os malfeitos de posições incorrectas sobre estas matérias podem afectar seriamente a vida da Nação, o mesmo é dizer dos seus nove milhões de cidadãos, entendemos salutar convidar os leitores ao exame das reflexões que seguidamente se expõem:

1. E nosso convencimento que a realidade "empresarial" (trabalho em pública) apresenta universalidade (1) e pode revelar certa independência do contexto económico-social e do regime político em que se lusem. Por outro lado, considera-se vantajoso não só o estudo da teoria da empresa, mas também a apreciação de hipóteses concretas ou típicas de empresas, observando aspectos diferenciados que convém encasar (p.g. dimensão económica, estrutura jurídica, destinação do capital social, privatização ou publicação da empresa).  
Haverá ainda e paralelamente, que examinar posturas ou naturais contrariedades que cada realidade empresarial portuguesa estará suportando ou virá a suportar no futuro, pondo a tónica nas particulares incidências derivadas das mudanças ultimamente operadas no País.

2. Após o 25 de Abril superaram-se nas unidades empresariais as ideias corporativas de harmonia entre capital e trabalho. Altera-se a estrutura das remunerações dos factores produtivos, ocorrem significativas perdas de capital, agudizam-se lutas contra os poderes e mudam os detentores dos poderes de decisão (purossimo do antigo poder e autoridade ligados à

assunção dos riscos de quem fornece o capital próprio).

3. Os ataquos às soluções conciliatórias entre o capital e o trabalho são imensas. Propugnaram-se ou exercem-se acções concretas no sentido de excluir das empresas os puros capitalistas, traduzindo-se tais acções na prática de saneamentos de corpos gerentes e de nacionalizações e no aparecimento de cooperativas de produção e de formas algo impróprias de auto-gestão de trabalhadores.

As maiores empresas (apelidadas em termos políticos de monopólios), que economicamente nem sempre o sector deixa de funcionar nos esquemas tradicionais que privilegiavam o capital na partilha dos ganhos, por vezes à custa de baixos salários.

4. Entretanto, ocorreu significativa situação de crise nas empresas, em grande parte produto de excessiva velocidade e intensidade das mudanças. A traduzir crise depura-se com: paralizações de investimento privado (por carência de meios financeiros e eliminação dos incentivos do lucro ou recios de perda do próprio capital); dificuldades de substituição dos empresários tradicionais pelo sector público ou pelos próprios trabalhadores. A isso acrescem perturbações várias, nomeadamente indisciplina social, erros de orientação político-económica, diversidade de opiniões na condução da vida económica e social e ainda quebras de produtividade e fácil satisfação de reivindicações excessivas, irrealistas e em empresas com défice suportados pelo Estado. Assim se alibetam as actividades económicas e se distribuem rendimentos não produzidos ou sem contrapartidas, agravando-se a já assaz deficitária situação económica e financeira do País.

5. Como se sabe, é função de qualquer director da empresa — seja qual for o sistema económico-político onde actua — medir riscos e interdependências, avaliando os efeitos ou resultados das acções da empresa. Ora, nem sempre se está a actuar com realismo e em situações "activas", dinamizadoras, que favoreçam soluções que não deixem sobóvar este País que é nosso e devemos legar, em melhor estado do que o recebemos, aos nossos descendentes. Exigir impossíveis de traiz, é provocar o caos e a ruína da nossa Economia e Comunidade Social.

6. No nosso País, as empresas vinham sendo encaradas como comunidades menores, organizadas com capital, direcção e trabalho, e cuja função era produzir bens ou serviços para satisfação das necessidades de comunidades maiores com as quais cada empresa trata, segundo o leia do mercado, sob contrariedades internas (comportamento dos participantes ou componentes das empresas — detentores do capital, dirigentes e demais trabalhadores) e contrariedades externas (acção do Estado, Facco, Sindicatos, Concursos, Fornecedor, Emprestadores, Clientes, etc.).

Os esquemas tradicionais estão hoje fortemente contraditados pondo-se em causa, além do mais e com veemência:

- a ideologia dos dirigentes e quadros auxiliares;
- a legitimidade ou o excessivo poder da direcção tradicional;
- a partença da decisão;
- a apropriação dos meios de produção;
- a "finalidade última" atribuída tradicionalmente à empresa — o lucro.

Deseja-se destacar aqui que a supressão do objectivo da apropriação do lucro pelo capital

não implicará o desaparecimento do conceito de lucro que pode bem ser perspectivado como realidade de natureza operacional, instrumento cada dia modificado de friso ou eficiência. Com efeito, admite-se que a ideia "lucro" sempre subalterna como útil conceito contabilístico, válido em qualquer sistema económico-político, que se traduz na diferença (em moedas) entre custos (in-peso) suportados e proventos (out-peso) alcançados. Embora presentemente se encontrem examinações destas matérias com interpretações ideológicas anteriormente menos ventiladas, recomendando práticas violentas, por vezes imponderadas, pensa-se que talvez não se caminhe entre nós (ao menos nos tempos mais próximos) não se vê viabilidade (isto) para uma colectivização plena de riqueza, embora se admitam naturais e lógicas nacionalizações das maiores empresas e as cada vez mais intensas e generalizadas soluções socializantes.

5. Não obstante toda a panacéutica exposta, crê-se — e é sobre propósito realçar aqui — que a existência de empresas e as suas regras operacionais são úteis, no essencial, que modificar-se.

Com efeito, queira-se ou não e independentemente do contexto sócio-económico e jurídico-político, a "empresa" revela-se unidade institucional, dotada de estruturas próprias, formada por homens que actúan em equipa, combinando meios instrumentais aptos à produção, quer esta produção se dirija à satisfação de imperativos ditados pelas leis do mercado (em economia livre) quer obedeça a "plano" (em economia planificada).

9. Claro que os problemas operacionais não serão todos idênticos para empresas com dimensões económicas e estruturas

jurídicas diferentes, ou para empresas actuando em sistemas económicos divergentes — socialistas, comunistas, neo-capitalistas.

E os problemas do poder (quem comanda, que tipo de poder, suas finalidades, fundamentos, etc.), variarão — inevitavelmente — com as alterações do regime político ou político-económico-social.

10. Temos esperança e é nossa mensagem que entre nós se encontrará, entretanto, os necessários pontos de equilíbrio para que as empresas (unidades de produção) prosigam as suas acções, em moldes justos e socialmente mais úteis, tomando, todavia em conta as realidades sociológicas nacionais e os contextos internacionais económico-políticos.

Em qualquer hipótese, deverá propagar-se para que as empresas processem justas remunerações e repartam, de modo adequado e considerado os encargos envolventes, os benefícios alcançados.

Se a remuneração do capital investido se põe em causa, também as remunerações directas dos trabalhadores das empresas (que obviamente, têm de ser "justas e possíveis") não podem sobrepor-se aos interesses gerais da Nação (do Povo). A defesa desses interesses compete ao Governo, mas as comunidades interessadas (trabalhadores, consumidores, cidadãos do País em geral) devem colaborar de maneira a ponderarem-se cuidadosamente preços, lucros, salários, prémios de eficiência, produtividade, interdependências, etc.

Não nos parece que entre nós se tenham assumido posições correctas sobre estas matérias.

(1) A justificar a ideia de universalidade da empresa lembra-se o singular conceito usual (a saber, que é particularista) de que empresa é toda a unidade económica de produção (produção lato senso — criação de utilidade económica).

Existem-se assim as ideias de que empresa é um "conjunto coeso", uma unidade. Importaria, em seguida, analisar aspectos, que são distintos, dessa unidade. Distinções se exigem:

— unidade de produção (isto é: logo se verifica aqui ideias de núcleos de actividades, de organização unitária e coordenada de trabalhadores);

— unidade de direcção (o núcleo de direcção pode aparecer diversificado autoritário ou democrático; de onde talvez se encontre — coexistindo ou outras formas participativas, designadamente segundo sequências ditas democráticas de co-gestão ou de auto-gestão pelos trabalhadores);

— unidade ou centro de decisão e de ponderação de riscos e avaliação de resultados;

— unidade de estatuto jurídico;

— unidade de objetivos — lucro, eficiência, partilha de valores acrescentados, realização passiva dos participantes na empresa;

— unidade contabilística (sempre um balanço patrimonial, haverá um orçamento geral e um sempre de organizar-se conta de resultados global).

Pode haver vários estabelecimentos, vários centros de custo e proventos, mas há sempre sempre um unidade através de parcelas agregáveis, segundo conceito unitário que se perspectivou.

CARNEIRO, Francisco Sá

# A social democracia: o socialismo possível em Portugal

Francisco Sá Carneiro.

A SOCIAL-democracia para Portugal é o título do Programa do Partido Popular Democrático, convergência de todos os militantes e cimento da sua união livre e crítica, ponto também de encontro de simpatizantes e eleitores, finalmente autêntica imagem e guia do Partido.

Aumentam hoje os detractores da social-democracia para Portugal. Mas os ataques não são novos. Têm por objectivo o Partido, muito mais do que a proposta política social-democrata.

De início procurou desacreditar-se o Partido, negando-lhe a autenticidade social-democrata. E o tempo em que eramos apresentados como liberais e como centristas, em contradicção até com declarações anteriores, (1) nessa altura, também se apodavam os três promotores iniciais de antigos deputados liberais de assembleias facistas para denegrir uma acção que antes merecera apoio e aplauso generalizado.

Com o Programa e as posições pelo Partido assumidas geocorreu essas táticas de ataque. Não sendo possível negar que o P.P.D. é o partido social-democrata português, o ataque ao Partido passa a ser feito sob a contestação da social-democracia: que é inviável em Portugal, que é a forma de manter o capitalismo, que é a mera importação de modelos estrangeiros, e por aí fora.(2)

Tenho para mim que no fundo destes ataques e para além de uma luta partidária e eleitoral nem sempre livre, está isto: qualquer partido há revolucionário, mesmo socialista, marxista e subversivo, qualquer Governo que se

não empenhe em destruir o País, terá de seguir na prática uma política social-democrata, única adequada à situação portuguesa, pois só ela é realista e eficaz, capaz portanto de sem sobressaltos e sacrifícios inúteis fazer progredir Portugal para a igualdade, na liberdade e na solidariedade realizando a democracia política, económica e social.

Disso é exemplo concludente o único plano económico governamental realista apresentado desde o 25 de Abril de 1974 — o Plano de Desenvolvimento Económico e Social, conhecido como Plano Melo Antunes, seu principal inspirador.

Se a política de um Governo autenticamente nacional tem de ser, como realmente aconteceu, de orientação social-democrata, aos partidos e forças políticas concorrentes interessa sobretudo desacreditar o P.P.D., único partido social-democrata português. Sem isso teria de se lhe dar papel preponderante no Governo, adoptando claramente o seu programa.

Um outro tipo de ataques radica em razões diversas. O Partido Comunista e seus satélites seguem na prática uma política que é mais blanquista do que stalinista: ela não visa conservar por meios violentamente repressivos um poder ainda não inteiramente conquistado, isso virá depois; agora o fundamental é consumir a conquista do poder sem olhar a meios, recorrendo ao golpe veiaído ou claro, à indisciplina, à anarquia, à insubordinação e ao medo armado. Em suma, o que se quer é que se está a tentar consumir é a

conquista violenta do poder por uma minoria revolucionária que depois exercerá a chamada ditadura do proletariado.

Os ataques vindos da frente comunista têm, quanto a mim, esta dupla explicação: denegrindo o P.P.D. e os seus dirigentes está a tentar atingir-se simultaneamente o Governo e a revolução democrática, no desenvolvimento de um plano de conquista do poder que visa o seu exorcício por uma minoria auto-denominada vanguardista ou revolucionária.

Este plano estere, desde antes do 25 de Abril, oculto por detrás do Programa do M.F.A., pois, como hoje é claro, a minoria comunista incluía militares do Movimento dos Capitães.

A medida que a conquista do poder avança, torna-se evidente que, em lugar de respeitar o Programa e de partir a acção das F.A. pelos interesses nacionais, a minoria se serviu do Programa e do M.F.A. para atingir os seus fins.

Ao que nas entrevistas sobre isso se diz há que acrescentar que a sustentação rápida com que se desenrola o plano da conquista de poder tem, quanto a mim, a explicação de o seu desenvolvimento estar condicionado por dois factores.

Por um lado a conquista do poder político-militar tem de consumir-se antes que a falta de recursos financeiros afecte de tal modo o abastecimento que provoque um activo descontentamento popular.

Por outro lado, sendo Angola um objectivo essencial no plano de conquista do poder político-militar, este tem de estar controlado de

modo a permitir o domínio do M.P.L.A. até à data da independência marcada para 11 de Novembro.

As reservas financeiras em devisas esgotar-se-ão até ao fim do ano. E as reservas em ouro são praticamente insignificantes sem o acerto dos países ocidentais.

O termo do prazo, imposto pelas condições financeiras coincide assim no tempo com a data de independência de Angola, coincidência que poderá não ter sido fortuita.

Avizinhm-se o colapso económico e a independência de Angola.

Em as razões fundamentais que, no plano nacional, a meu ver explicam que a conquista do poder político-militar pelos comunistas, em lugar de se desenvolver ao longo de anos, tornando-se portanto menos aparente, se tenha precipitado em meses, com uma intensa aceleração após o 11 de Março.

Hoje encontramos-nos perante a sua fase final: a da subversão militar.

E aí que neste momento tudo se joga.

Porque a própria subversão militar já se encontra em estado avançado, só poderá ser dominada se as medidas necessárias tiverem um forte apoio popular.

E designadamente nesse campo que os partidos políticos desempenham um papel fundamental. Não se trata de fazer política partidária.

Trata-se, sim, de corresponder às responsabilidades políticas assumidas perante o Nação. De mostrar que, na altura própria, os partidos democráticos não agem apenas eleitoralmente.

Ao Furo e aos partidos não cabe a responsabilidade principal da actual situação, embora mais cedo a devessem ter craramente denunciado.

Mas o certo é que as autoridades militares, que deixaram que o País se abismasse do caos, não o podem resolver sem o apoio popular e das forças partidárias.

Não tenhamos a ilusão de que se está, com as várias organizações de poder popular, a construir a democracia directa. O tal "poder popular" é antes a antecâmara da ditadura.

Nas suas diversas organizações e acções, ele não é mais do que a fachada da subversão generalizada, fase final da conquista não democrática do poder.

Não é apenas o exemplo do Chile, da Rússia e dos países da órbita soviética que o aponta. Temos a nossa própria experiência, designadamente a vivida depois da implantação da República. Mesmo depois de 25 de Maio de 1926 e antes da institucionalização da ditadura, passamos por uma fase análoga.

"Acresce ainda que a incompetência administrativa e ao nível ministerial, longe de diminuir, como foz objectivo da revolução, ainda se agravava. Falhas de quadros directivos e organizações, pouco respeitadas, ou militares no comando teórico das operações obedeciam, muitas vezes, a dilacões e suggestões que lhes chegavam de auxílios secretos de oficiais inferiores, onde verdadeiramente assentou o poder por algum tempo" — Oliveira Marques, História de Portugal, II, 327.

O perigo de a actual situação

desembocar rapidamente numa ditadura é real.

Tem-se agitado constantemente o risco de uma ditadura de direita, o que permitiu que se dessem passos rápidos para consumar a de esquerda.

Seja esta que poderá abrir a porta àquela, já que a direita, desorganizada e sem base social de apoio, não representa perigo directo e imediato.

Mas se falhar a tentativa totalitária de esquerda esse fracasso, dada a total desagregação da vida nacional, conduzirá provavelmente a um regime totalitário de direita. Por isso só obstáculo àquela se evitará eficazmente a segunda.

No plano internacional assistimos a uma clara manobra de isolamento em relação a Espanha. Para além de integrados na agitação interna é a sua luz que devem ver-se os graves incidentes de fins de Setembro — os condenáveis saque e destruição das instalações diplomáticas e consulares espanholas, que só foram possíveis pela total paralização das forças militares e de segurança, advertidas com antecedência e solicitadas para protegerem as instalações.

Tenta assim provocar-se uma certa reacção espanhola, que poderia levar, ante um periclitamente confirmado por antecedentes históricos, a esquecer os reais problemas nacionais e a obter a renúnciação do M.P.L.A. sob a égide da minoria comunista.

Na realidade a independência nacional está em perigo, mas não é a Espanha que a ameaça. Sem ordem democrática não há liberdade possível e esta é parte da independência de um povo.

Além disso a desastrosa política económica e financeira seguida depois do 25 de Abril de 1974, agravada após o 11 de Março colocou-nos na total dependência do exterior.

Sem auxílios externos massivos não poderemos sobreviver.

E preciso que eles sejam de cooperação e não de submissão.

E também necessário que se traduzam em possibilidades de trabalho e de criação de riqueza e não em meras injeções financeiras, fomentadoras do parasitismo e geradoras de corrupção.

E indispensável que com o auxílio da Europa, se chegar a concretizar-se, não só económica e mesmo que suceda com as especulações do oriente e com o ouro do Brasil, para não falar no desumano tráfico dos escravos de África.

Poderá contentar-se o interesse que terá Portugal para a estratégia socialista, sobretudo depois de consumada a tomada de Angola pelo M.P.L.A. e de uma eventual separação dos Açores e da Madeira, provável no caso de aqui o poder ser tomado pela minoria comunista.

Não pode contudo esquecer-se que Portugal em si mesmo é uma apreciável plataforma no Atlântico Norte.

E que poderia também ser o primeiro passo para o domínio do Mediterrâneo, numa estratégia de avanço revolucionário generalizado, tirando proveito da crise do ocidente, linha que parece ser a de certos dirigentes soviéticos encabeçados por Suslov.

Por isso mesmo se defendeu e defende a não participação dos comunistas no Governo, cuja presença o partido socialista considera indispensável.

A social-democracia foi também terra presente.

Tem-se apresentado o socialismo como um fim a que se chegará pela via da social-democracia, como isto querendo sobretudo significar-se que se rejete a social-democracia como solução final.

Há aqui subjacente uma identificação da social-democracia com sistemas actualmente existentes, como o alemão e o sueco, os quais se não accitam como paradigma e objectivo último da social-democracia, embora a situação dos trabalhadores nessas sociedades seja incomensuravelmente melhor do que a existente nos regimes socialistas do leste, maior o seu poder e mais respeitada a sua vontade.

A sociedade que defendemos é uma sociedade socialista, sem distinção de classes, em que o homem seja livre da exploração, da alienação e da opressão.

Mas não nos sujeitamos ao padrão único do socialismo presentemente classificado.

Não accitamos o dogma da colectivização dos meios de produção como único meio de pôr à exploração do homem; pelo contrário, verificamos que tal colectivização antes tem mantido a exploração e agravado as condições de existência humana.

A sociedade sem classes, preferimos a sociedade organizada e vivida sem distinção de classes.

Aquela expressão equivale a sociedade comunista.

E não há possibilidade, a não ser numa impossível sociedade fictícia e estática, de uma total igualização.

O essencial é assegurar a igualdade de oportunidades e a eliminação de distorções fundadas na posição económica e social.

A social-democracia não é mais do que o socialismo democrático.

Este não é um fim em si mas um meio de libertação do Homem.

E a social-democracia não é apenas via para atingir um socialismo diferente do caminho, mas sim construção mesma desse socialismo, troço inicial da estrada a rasgar, mobilizando-a, para que, por esta via de socialismo democrático e personalista, se atinja a libertação do Homem.

Não é, pois, marxista o socialismo que defendemos.

O marxismo não é uma das fontes inspiradoras do nosso Programa, embora, como nele se afirma, se aproveitem as contribuições de qualquer corrente de pensamento político válido, incluindo as análises económicas e sociológicas do marxismo, sem se deixar enfiar a nebulosa delas.

Não inspirado embora o nosso Programa, não nos dominando, o marxismo tão pouco nos assusta ou é por nós posto de lado.

Não temos sequer que ser anti ou pró-marxistas porque o marxismo não é uma doutrina política, antes implica uma filosofia e uma metodologia que suportam posições diferentes no domínio económico, social e político que inclui doutrinas económicas, social e histórica inspiradoras de várias doutrinas políticas.

Entre estas posições está o marxismo-leninismo, que expressamente e totalmente rejeitamos, combatendo-o politicamente, não podendo esquecer-se que em linguagem corrente se definiu sob simples expressão de marxismo.

Temos um programa nitido e uma opção clara.

Não podemos, pois, empobrecer-lo em devir-las, quer por um antimarxismo extremo, quer por complexos de frustração marxista que poderia condicionar a sua aberração inconcebível de uma qualquer social-democracia leninista!

Somos um partido ideologicamente pluralista com um programa claro e lúcido, que consubstancia uma opção de esquerda não marxista aberta entretanto às contribuições do marxismo vivo e crítico. (1)

Analisando erros e distorções daquilo que se convencionou designar por "processo revolucionário português", procurei chamar a atenção para o facto de que não será com verbalismos demagógicos ou com dogmatismos teóricos de raiz marxista e leninista, presentemente científicos e historicamente ultrapassados, que se poderão resolver os graves problemas com que a sociedade portuguesa se debata.

Como não será através do desrespeito sistemático dos direitos e liberdades fundamentais dos cidadãos e da indefinição manutentiva desse desagastante clima social de desconfiança permanente e de gofismo constante, imposto por minorias sem escrúpulos, devocidas pela aridez do poder, que poderá construir-se neste País uma democracia.

Para ser ético e autêntico, sempre esta terá de assentar no poder civil, na ordem democrática, numa estrita legalidade e num profundo respeito pela dignidade das pessoas e pela sua vontade.

Democracia que, sendo, quanto a nós, inseparável do socialismo que defendemos, será, ao mesmo tempo, o socialismo possível que o Povo em cada momento, accita, define, quantifica e livremente assume, através do poder do seu voto.

Democracia que não preciará de revestir essa estranha e contraditória fiação duma realidade ambígua que precisa de se reactivar constantemente no acto, para, pelo partido irruente, se perseguir da justiça e da paz.

Democracia que, ao contrário, envolve a profundidade das suas raízes na limpidez das nascentes de solidariedade humana e de valores culturais, que o Povo exprime e encarna, no seu profundo bom senso, na simplicidade da sua vida e dos seus gestos de todos os dias.

Social-democracia, em suma, a cujo avanço programático accorram nas últimas eleições mais de 1 milhão e meio de portugueses que nela depuseram a e continuam a depor toda e febre da sua esperança como libertação abolição das condições, objectivo que os alienam, oprimem e exploram.

Social-democracia que neste momento em Portugal permanece como o único caminho viável e realista de salvação nacional, e que, por isso mesmo, é o único caminho verdadeiramente revolucionário.

## Semana Económica

### Conselho de Ministros cria Conselho Económico...

REUNIU na passada terça-feira o Conselho de Ministros que para além da decisão de criar o Conselho Económico restrito e do debate sobre questões relativas à elaboração de um plano económico de emergência, discutiu um diploma que propõe a criação do Comissariado para a Indústria Metalomecânica, sob a forma de uma empresa pública personalizada, a funcionar no âmbito do Ministério da Indústria e Tecnologia.

Foi ainda aprovado um diploma do Ministério das Finanças que abre um crédito de 30 mil contos ao Ministério do Equipamento Social e Ambiente, para satisfazer encargos provenientes da campanha de desinfectação dos abastecimentos de águas e melhorias de captações, com o fim de evitar as propagações de epidemias por via hídrica.

Procedeu-se ainda à discussão de um projecto de Decreto-Lei do Ministério do Comércio Interno, tendo o mesmo sido aprovado, o qual autoriza o Fundo de Abastecimento a inscrever no seu orçamento uma verba de mil e duzentos contos, destinada a fazer face aos encargos com a parte do preço do adubo vendido para o mercado interno, às unidades de produção geridas por trabalhadoras e pequenos e médios agricultores, e que o Estado suporta. Prevê-se ainda que o Ministério da Agricultura e Pescas venha a deixar por Pertaria a qualidade de pequeno e médio agricultor, bem como a quantidade máxima de adubo que cada um dos beneficiários poderá adquirir. Prevê-se ainda que o Banco de Portugal redescante os títulos de crédito respeitantes a operações de vendas de adubos efectuadas pelos fabricantes na presente campanha.

### ... que reúne para debate de política a adoptar

O CONSELHO ECONÓMICO do VI Governo Provisório, reuniu pela primeira vez na passada quarta-feira, para debater aspectos relacionados com a sua organização e com a política económica global a aplicar pelo Governo. Ficou decidido a apresentação ao país de um programa de medidas económicas concretas a tomar a curto prazo.

Na mesma reunião decidiu-se, enquadrado num contexto de uma actividade normal de administração, que a elaboração do Orçamento Geral do Estado para 1976 seja acompanhada da preparação de um plano económico anual que, embora se procure integrar numa perspectiva temporal mais ampla, apresente de forma coerente a política a seguir nos vários campos da actividade económica no próximo ano.



## Na TV:

### Valter Rosa falou sobre transportes

VALTER ROSA, ministro dos Transportes, apresentou na quinta-feira, através da Televisão, uma comunicação acerca de alguns aspectos relacionados com a sua pasta, dentro da política de informação ao país sobre a actividade governamental.

Referindo-se aos transportes urbanos, o ministro falou do projecto de constituir consórcios de transportes que planeiem o funcionamento da referida rede em Lisboa e no Porto. Para que essa rede seja perfeitamente coordenada, o ministro anunciou a fusão entre o Metropolitano e a Carris. Prevê-se o prolongamento das estações de Metropolitano de Lisboa, no sentido de incorporar mais carruagens e multiplicar o número de lugares, assim como o alargamento da frota de autocarros para Lisboa e Porto.

No que respeita à situação económica das empresas deste sector urbano, Valter Rosa salientou os défices para este ano, da ordem dos 300 mil contos para a Carris, 170 mil para o Metropolitano e 300 mil para os transportes colectivos do Porto. Quanto às empresas rodoviárias nacionais, prevê-se uma situação deficitária de cerca de 400 mil contos.

Falando dos Caminhos de Ferro, o ministro anunciou a possível integração da Sociedade Entrecil na CP e vários projectos de investimento no sector (entre outros o Douro, Ligação ao Porto de Leixões, as refinarias do Porto e de Matosinhos e ao porto de Sines e a construção de uma nova gare em Sacavém). Entretanto espera-se um défice da CP de cerca de 2,5 milhões de contos.

Quanto à Marinha Mercante, o ministro realçou a necessidade de melhorar o apetrechamento dos portos, salientando mais adiante os problemas financeiros desse sector. Anunciou-se para este ano os défices da ordem de 300 mil contos para a Companhia Nacional de Navegação, e de 1,5 milhão para a Companhia de Transportes Marítimos. Igual situação se espera para a Soponata, detentora da frota de navios petrolíferos que abastece o País.

Antes de terminar a sua comunicação, Valter Rosa salientou ainda a situação dos telefones em Portugal, referindo-se aos baixos índices de utilização e aos investimentos necessários cifrados num total de 10 milhões de contos.

Depois de aludir à situação da economia portuguesa e à necessidade de recorrer ao crédito interno e externo (referindo a propósito o "estafado" conceito de independência nacional), o ministro dos Transportes terminou a sua comunicação esortando o país a um esforço de maior produção e maior investimento.

## Cooperação luso-polaca

A COMISSÃO MISTA luso-polaca realizou nos passados dias 9 a 11 de Outubro, em Varsóvia, a primeira sessão, referente à primeira reunião, tendo sido assinado um protocolo no qual se faz o ponto da situação das relações económicas entre os dois países. O documento refere os domínios das trocas comerciais e da cooperação, assim como estabelece um calendário indicativo destinado a orientar o processamento das relações de cooperação, no sentido da sua concretização, antes ainda da próxima fase da presente reunião, que se realizará, a nível ministerial, igualmente em Varsóvia, em fins de Novembro do ano em curso.

As principais áreas de colaboração, para além do desenvolvimento das trocas comerciais, atingem ainda o campo da cooperação industrial, no que respeita à cooperação na indústria da construção naval, indústria pesada e electrotécnica, indústria química, tendo sido inclusive criados grupos de trabalho específicos para cada um destes sectores. Foram ainda formados grupos de trabalho para os sectores da navegação e portos bem como para as peccas. Foram ainda abordados problemas relativos à cooperação no sector agrícola, bem como no campo do planeamento económico.

## Decidida a venda de vinho à URSS

O CONSELHO de Ministros decidiu na sua reunião de 11 de Outubro, e após uma exposição do ministro do Comércio Externo, autorizar a conclusão do contrato de venda de vinho à URSS. Segundo um comunicado do referido Ministério e pena o Governo que, nas presentes circunstâncias políticas, económicas e financeiras, se trata de uma solução de recurso que se explica essencialmente pela quebra das nossas exportações e pela existência de stocks acumulados da campanha anterior.

Convém salientar que existe um importante défice entre o preço de exportação para a URSS e o de intervenção da JNV junto dos pequenos e médios produtores, que será pago pelos dinheiros públicos, sendo esta a razão que vinha atrasando a assinatura do contrato em questão.

## Relações comerciais Portugal-Ghana

O GHANA decidiu levantar a proibição do comércio com Portugal. A referida proibição imposta durante o regime de Nkrumah derrubado em 1966, foi levantada "tendo em vista a nova política de Portugal na África".

Já em Maio, deste ano, quando aquele país e Portugal, concetaram em estabelecer relações diplomáticas e trocar enviados "ao mais alto nível", um comunicado do Governo do Ghana salientava as medidas tomadas por Portugal quanto à descolonização dos territórios africanos, e a sua política de amizade e cooperação com os povos de África, "na base da liberdade, soberania e igualdade".

Desde o 25 de Abril de 1974, vários outros países africanos, concordaram em estabelecer relações diplomáticas com Portugal, devido à mudança na política colonial africana.

TEIGÃO, Inácio  
CARDOSO, *[Signature]*

**[REDACTED]**

**«Se tiver de sujeitar-me a  
julgamento como min.  
da Agricultura  
que ele se faça depois das  
acções e nunca antes»**



**PORQUE A REFORMA AGRÁRIA** está em foco. Porque os trabalhadores agrícolas têm, mormente no Alentejo, ultrapassado velozmente a própria lei que a rege. Porque estamos à beira do início de novo ano agrícola e pouco se sabe de como será possível aos trabalhadores levarem a cabo as sementeiras. Porque o Ministério da Agricultura é um dos mais "quentes" deste já de si atribulado VI Governo Provisório. Por tudo isso e pelo que os leitores descobrirão na entrevista que se segue, o **EXPRESSO** manteve, ao longo de duas horas, um diálogo aberto com o actual titular da pasta supracitada, eng. Lopes Cardoso. Das suas ideias e concepções de como deve avançar a reforma agrária neste país muitos pontos devem ser — e são, com certeza — discutíveis, já que Lopes Cardoso os defende integrados num contexto socialista que é o seu. Mas da clarificação do que é o homem, o técnico e o político se depreenderá a sua visão da problemática agrária.

**EXPRESSO** — Em que termos encara o seu Ministério a Reforma Agrária nas zonas onde predominam os minifúndios?

**LOPES CARDOSO** — O caso da RA nas regiões dos minifúndios assume aspectos particulares. De resto tive já ocasião de me referir ao assunto em entrevistas concedidas logo após a minha tomada de posse. Nas regiões de minifúndios a RA não se põe em termos de expropriação dos agricultores, pois como a própria designação indica, os minifúndios são pertença de pequenos proprietários e o problema consiste em saber organizá-los de forma a que possam exercer,

mais eficientemente, a actividade agrícola a fim de lhes permitir retirar do seu trabalho maior remuneração. Penso que a via para alcançar esses objectivos terá de ser a associação em cooperativas e penso também que esse caminho terá de ser percorrido com muito cuidado, procurando chamar os agricultores às cooperativas através de uma actividade com carácter pedagógico. Devemos partir da constituição de cooperativas relativamente simples, portanto destinadas à compra ou venda de produtos ou cooperativas para utilização de máquinas, de preferência cooperativas de pequena dimensão para que os agricultores possam,

efectivamente, participar na vida dessas cooperativas e, pouco a pouco, tenham possibilidade de se aperceberem das vantagens da associação para que possam caminhar para formas mais evoluídas de cooperação entre si.

Desse modo creio que será possível a completa reestruturação das explorações através da associação dos agricultores já então para explorarem em comum as suas terras. Isso, como é evidente, só virá a acontecer numa fase mais avançada do processo e à qual não podemos alimentar expectativas de chegar por meios coercivos mas através de uma prática que convença os agricul-

tores das vantagens reais de se associarem.

**EXPRESSO** — Até que ponto esta Reforma Agrária irá contribuir para um reforço das relações de produção capitalista no campo?

**LOPES CARDOSO** — Quanto a mim o problema deve-se pôr de outra maneira. Esta RA, ao contrário de contribuir, como diz, para um reforço das relações de produção capitalista no campo tende, justamente, a eliminá-la. Conseguir-se-á isso consoante a expropriação dos grandes agrários e da implantação consequente de cooperativas de trabalhadores rurais ou de pequenos agricultores.

---

### Pequenos e médios rendeiros: Que futuro?

---

**EXPRESSO** — Os pequenos e médios rendeiros ainda irão dispar, no próximo ano agrícola, de terras para as suas sementeiras?

**LOPES CARDOSO** — Penso que tal é viável. Mais: a meu ver eles devem dispor dessas terras porque nelas têm desenvolvido aturado labor há muitos anos. De resto, a própria Lei da Reforma Agrária prevê esta situação. E o Governo, em colabora-

ção com os trabalhadores rurais, mais os pequenos agricultores, deve ter em conta a necessidade de assegurar a actividade dessa classe constituída pelos pequenos e médios produtores agrícolas.

**EXPRESSO** — É facto público e notório que muitas das ocupações levadas a cabo no Alentejo e também no Ribatejo ultrapassam o consignado na Lei da Reforma Agrária. Como preconiza a solução desses casos?

**LOPES CARDOSO** — No

meu entender, a solução desses problemas tem que passar pela compreensão, por parte dos Sindicatos dos Trabalhadores Agrícolas, em observarem a necessidade — para defesa dos seus próprios interesses — de se respeitar os limites impostos pela lei da RA. Se nós repararmos o que são esses limites verificamos que, com efeito, se trata de manter em actividade os pequenos e os médios agricultores. E é imprescindível que os trabalhadores agri-

colas compreendam que tanto uns, como outros, tal como se definem nos limites da RA, têm de ser aliados objectivos de interesses parciais na reestruturação da nossa agricultura e, desse modo, não podem nem devem ser transformados em inimigos. Logo, acredito esperançosamente que o problema possa solucionar-se com a colaboração dos STA (Sindicatos dos Trabalhadores Agrícolas) e dos próprios trabalhadores.

---

### «Respeitar as reservas de propriedade»

---

**EXPRESSO** — Pode prever quando irão ser atribuídas as reservas a que cada grande agricultor tem direito segundo os termos da lei em vigor e quais as dificuldades, pressuníveis, que o seu Ministério pode encontrar para levar a bom termo essa missão?

**LOPES CARDOSO** — Esse não é, obviamente, um problema de fácil resolução. Momento do ponto de vista técnico. Daí que ele seja um dos vários que preocupam este Ministério. Mas é claro que procuraremos encontrar-lhe uma solução, se possível rápida, por forma a fazer sen-

tir, justamente, aos pequenos e médios agricultores de que serão respeitadas os limites da RA e de que lhe serão outorgadas garantias (e aqui deixe-me dizer-lhe, entre parêntesis, que isto, por certo, irá ser explorado por determinados sectores no intuito de me acusarem, ainda que injusta-

e injustificadamente, de que estou a defender os interesses dos grandes agrários e a querer-lhes dar benesses) serão dadas garantias, dadas, no respeitante ao direito de reserva, pois esta é a única forma de preservar a continuidade activa de homens que têm vivido da exploração da terra.

## As ocupações

**EXPRESSO** — É legítimo que a base da RA no sector do latifúndio assente no Alentejo. E é lá que têm ocorrido o grosso das ocupações, umas anualmente justificadas e outras há quem as acuse de oportunismo que, segundo as mesmas pessoas, marca o jogo político de determinado partido. Entretanto o processo continúa a evoluir e a lei muitas vezes é letra morta. Pensa o Ministério da Agricultura sancionar todas as ocupações já consumadas ou fazer uma distinção entre elas?

**LOPES CARDOSO** — O MA deve planificar a sua intervenção no domínio da RA, procurando, ao mesmo tempo, enquadrar o processo e apoiá-lo, nos seus pontos mais nevralgicos. Não se trata, com isto, de pretender limitar a justa iniciativa dos trabalhadores rurais. Trata-se, sim, e apenas, de assegurar o desenvolvimento do processo de Reforma Agrária a fim de que a cada momento as estruturas estatais, em particular as que dizem respeito ao meu Ministério, estejam de facto em condições de apoiar a iniciativa dos trabalhadores agrícolas para que no fundo se não venham a criar situações que, por incapacidade — incapacidade no sentido estritamente técnico, que não em vontade ou em competência prodicional — dos serviços deste mesmo Ministério, conduzam a uma situação na qual os trabalhadores podem acabar por ser as vítimas principais do próprio processo que foi desencadeado sem que o MA pudesse acompanhá-lo devidamente. A minha preocupação fundamental bem como, segundo creio, a de todos os técnicos e secretários de Estado deste Ministério é a de dotar e dinamizar os Centros Regionais de Reforma Agrária (CRRAs) dos meios necessários para que a RA se possa processar rapidamente mas com a indispensável planificação e ordenação do sistema que se deseja montado. Essa, parece-me é a maneira mais correcta para que se extraiam da RA as vantagens inerentes sem que surjam no seu caminho dificuldades graves que atinjam tanto os trabalhadores como a própria economia nacional.

**EXPRESSO** — Gostaria que se referisse um pouco mais concretamente ao problema das ocupações...

**LOPES CARDOSO** — ...quando se fala em ocupações selvagens: claro que se fala das ocupações levadas a cabo sem coordenação sem planificação por parte dos organismos competentes, mas apenas da responsabilidade de quem nelas participou. Ora, a verdade, é que se fizeram inúmeras ocupações de terras que nem sequer estavam abrangidas pela Lei da RA. Num dos aspectos desta questão, isto é, aquilo em que se enquadra a aplicação da lei, não é intenção deste Ministério levantar problemas mas, pelo contrário, ele todo fará no sentido de dar um apoio forte para que essas terras possam ser convenientemente aproveitadas. Em relação àquelas ocupações que incidiram sobre propriedades ou explorações que não deveriam ter sido expropriadas no quadro da Lei da RA já a posição deste Ministério é a de que a lei deve ser respeitada e, deste modo, as terras devem regressar à posse dos seus legítimos proprietários.

**EXPRESSO** — Desculpe a insistência sobre o assunto mas ainda não esclarece como pensa solucionar o assunto em termos práticos. Quere dizer do seu ponto de vista como é que o MA vai devolver terras ocupadas indevidamente?

**LOPES CARDOSO** — Nós temos de procurar rectificar essas situações de equívoco. Para tanto precisamos de cooperação dos trabalhadores rurais, da colaboração dos pequenos e médios agricultores e, fundamentalmente, dos sindicatos. Pois este Ministério não deseja, em primeira análise, recorrer àquilo que poderia ser considerado como métodos repressivos. Aliás, penso que as razões neste caso são suficientemente fortes para que os trabalhadores rurais compreendam as vantagens — para eles próprios e para o país — em seguir por esta via.

## «Entente cordiale» entre PS e PCP

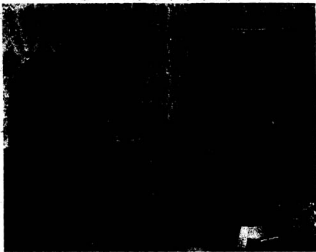
**EXPRESSO** — Sendo o senhor ministro um elemento influente do Partido Socialista (ex-líder parlamentar do PS na Assembleia Constituinte e componente do directório em exercício) e havendo o consenso geral de que tanto os Sindicatos dos Trabalhadores Agrícolas como os próprios Centros Regionais de Reforma Agrária são, na generalidade, integrados por elementos de feição «péssimas» vs, entre si e eles, possibilidades de uma «entente cordiale»?

**LOPES CARDOSO** — O facto de a maior parte dos componentes dos STA serem afeitos ao PCP enquanto o ministro, desta feita, é do PS, não deveria, por forma alguma, criar entraves ao desenvolvimento da RA. Não deveria na medida em que a lei vai no encalço dos interesses dos trabalhadores rurais e dos pequenos agricultores e se os sindicatos estão, acima de tudo — e eu acredito que sim — apontados em defender os interesses dos seus associados não penso que seja legítimo colocarem acima desses interesses razões de ordem partidária, ainda que seja só pelo simples pretexto de colocarem em causa o ministro da Agricultura que é do PS. Assim, é convicção minha de que se os interesses partidários não se opuserem aos superiores interesses dos trabalhadores — que tanto os STA's como o próprio MA têm obrigação estrita de defender — não vejo que as cores partidárias possam acarretar problemas de maior. Mas, como é evidente, cada qual assumirá as suas responsabilidades e o juízo final terá de ser os próprios trabalhadores a faz-lo.

**EXPRESSO** — Desde que tomou posse do cargo já teve alguma experiência desse tipo? Obstáculos? Facilidades?

**LOPES CARDOSO** — Se eu falar em obstáculos estarei talvez a exagerar. Tive já alguns contactos. O diálogo entre o ministro e os STA's foi franco, mesmo cordial, tendo transparecido a preocupação, de um lado e de outro, de solucionar as justas

reivindicações dos trabalhadores rurais. Porém, não posso deixar de reconhecer — e isto nem sequer é com intenção crítica que sublinho — que da parte dos STA's existe uma desconfiança quanto à actuação do ministro. Ora manda a justiça e o bom senso que as pessoas julguem, sim, pelos actos e nunca pelas suspeitas. As posições de ambos os lados não-de clarificar-se na prática. E se eu tiver de me sujeitar a um julgamento como ministro da Agricultura, que ele se faça depois das acções. Nunca antes. Todavia, quero aproveitar a oportunidade para referir que a atitude assumida por alguns órgãos de Informação e por certos dirigentes sindicais no intuito de deturparem a actuação deste Ministério e de serem em causa, por razões de tipo político — que aliás se inscrevem na campanha que vem sendo desenvolvida em dados círculos contra o VI GP — tudo o que se faz, só acaba por prejudicar os interesses dos trabalhadores de quem se mostram, em conversa, tão acalorados defensores. Por vezes tenho mesmo a sensação de que certas pessoas neste país estão mais interessadas em pôr em causa e derrubar o Governo do que em defender, na verdade, os trabalhadores de quem são representativas. E isso é patente, sobretudo, no que respeita a certos meios de Comunicação Social. Por exemplo: o que se passou com o «Teleforum» do último domingo é a prova evidente do que acabo de salientar. Assim o entendeu igualmente o país inteiro. E as reacções que chegaram a este Ministério e à RTP, que são do meu conhecimento, mostram bem que a grande maioria do povo deste país entendeu aquele programa como ele realmente foi concebido. Não um «Teleforum» com vista ao esclarecimento da opinião pública sobre um assunto de interesse geral como é o da RA, mas um instrumento mais a inserir-se no quadro dos ataques sistematizados ao VI GP. Só outro exemplo: foi promulgado pelo Conselho de Ministros um decreto que concedia crédito para salários aos pequenos agricultores. Pois houve um jornal que colocou na notícia referente ao assunto o seguinte título a propósito de um comunicado difundido pelo meu Ministério: «Atardado o crédito da emergência, alargado o apoio a unidades de maior dimensão». Vem a seguir a transcrição do comunicado no qual nem uma única linha tem a ver, de perto ou de longe, com o tal título. Críticos!...



## A concessão dos créditos de emergência

**EXPRESSO** — Que se passa com a promessa contendo do crédito de emergência? Foi ou não concedido?

**LOPES CARDOSO** — Foca aí uma realidade a qual é a do crédito de emergência não ter alcançado na prática os objectivos que defendia. Não por desejo de faltar ao pronunciado. Tão somente pela impossibilidade de ter sido convenientemente utilizado. Claro que sem culpa dos interessados — os pequenos e médios agricultores. A culpa pertence aos canais que deviam conceder esse crédito. A falta de pontos de apoio suficientes em todo o país originou o mau funcionamento do sistema, a ponto de muitos dos agricultores nem sequer se haverem apercebido das vantagens na utilização desse crédito. Nós queremos conceder o crédito mas debatemo-nos com o tal problema da insuficiência dos canais de distribuição. Por outro lado as campanhas que se procuraram fazer também não motivaram suficientemente os agricultores... Estamos a rever o assunto.

**EXPRESSO** — Que contactos manteve até à data com os governadores civis, nomeadamente do Alentejo?



**LOPES CARDOSO** — Não muitos por insuficiência de tempo mas os suficientes para assestar-mos que a sua colaboração tem tanto de imprescindível como de valiosa. Claro que o secretário de Estado da Reestruturação Agrária será o elo de ligação com os GC's pois é a ele que impende a responsabilidade directa nesta matéria.

**EXPRESSO** — Há a necessidade da racionalização do uso de solos em modo compatível com as suas aptidões técnicas e economicamente recomendáveis. O que se pensa fazer neste sector? Como e que prazo se poderá programar um projecto deste tipo? Já que o mesmo terá necessariamente de englobar campanhas eficientes de mentalização de populações, na maior parte dos casos ao nível

de alterar hábitos de exploração com muitos anos de tradição nas diversas regiões? Disporá o Governo (ou vários organismos especializados) de meios técnicos e humanos para um atendimento de tal envergadura?

**LOPES CARDOSO** — Posta a questão dessa forma crua dir-lhe-ei que o MA não dispõe, de momento, de meios técnicos e humanos para responder em absoluto a estas questões. Há, portanto, que empreender um esforço nesse sentido. E é nesse sentido também que se enquadra o estudo que agora está a ser feito de reestruturação e reorganização deste Ministério. Mas também me parece que os meios limitados de que dispomos não estão a ser utilizados convenientemente. De qualquer forma o problema posto tem duas facetas: uma é de estudo e investigação e outra de assistência técnica. Pela nossa parte estamos a procurar, com os meios humanos e técnicos de que dispomos qual a melhor forma da sua utilização. No que respeita ao primeiro aspecto está em curso e quase concluído — ele vinha já de governos anteriores — um projecto de reorganização de toda a investigação agrônoma que pro-

(Continua na pág. 20)

# “O Teleforum de domingo foi um instrumento mais dos ataques sistemáticos ao VI G.P.”

Continuação pág. 13  
Contra dar-lhe um sentido fundamentalmente virado para a solu-

ção de problemas concretos, a-brevializando, portanto, aquilo a que nós poderemos chamar de

investigação pro-desenvolvimen-to. É a seguir terá de ser revista toda a regionalização do MA de

forma a levar junto das popula-ções a assistência de que elas careçam.

## Autosuficiência é ambição demasiada

**EXPRESSO** — Um dos objec-tivos da RA parece ser a de tornar o país autosuficiente, ou menos de-pendente do estrangeiro, no que diz respeito ao abastecimento de pro-dutos alimentares de natureza agrícola (cereais, carne, leite, etc.). Como, quando e em que grau a-ntre é tal seja possível?

**LOPES CARDOSO** — Eu não penso que um dos objectivos da RA seja o de tornar o País auto-suficiente em matéria de produ-tos agrícolas. Ela terá, sem dú-vida, como objectivo diminuir a dependência em relação ao es-trangeiro e, paralelamente, aumen-tar o nível da produção agricó-las nacional. Quanto a mim a autosuficiência neste campo é um objectivo demasiado ambicioso e, a curto ou médio prazo, inatín-gível. Mas para além da já apen-tada melhoria das condições de produção agrícola em termos quantitativos a RA tem como missão alterar as relações de pro-dução no sector agrícola. E é isso que a deve caracterizar. Porque há muitas reformas agrárias. E al-gumas das que têm sido feitas em regimes capitalistas, com o objectivo fundamental de melho-rar as condições de produção, outras coisas não visam do que adaptar, ao fundo, as estruturas agrárias a um determinado nível de desenvolvimento das forças produtivas em adequado mo-mento no seio de própria socie-dade capitalista. Ora há reform-as agrárias que têm tido como objectivo muito mais que isso, ou seja transformar as relações de produção dentro do sector. Esse é o objectivo fundamental da RA no nosso país. É isso a distingui-r, por exemplo, de reformas fei-tas no sul da Itália.

**EXPRESSO** — Nessa situação de desemprego ou subemprego oculto generalizado (tanto os agricul-turares como outros sectores eco-

nómicos, torna-se impossível racionalizar ou reestruturar em mod-os de rentabilidade as explora-ções agrícolas nacionais, já que tal envolveva uma diáspora de po-pulação activa que lhe está afecta em proporção ainda considerada a todos os títulos exagerada. Como se ultrapassara este ecótipo ao qual a RA?

**LOPES CARDOSO** — Para mim é evidente que a médio prazo a agricultura portuguesa tem de se encaminhar no sen-tido de reduzir a população acti-va que nela trabalha. Essa é uma das consequências do neces-sário aumento de produtividade por trabalhador. E esse é o me-lhor processo de melhorar o seu próprio nível de vida. Porque não basta distribuir melhor. É neces-sário que aumente o que tem para se distribuir. Na base actual, e com a situação de desemprego generalizada que vivemos aliada à imperiosidade de criar novos postos de trabalho não só para aqueles que constituem a classe dos trabalhadores indiferencia-dos (os que já cá estavam e os regressados das ex-colónias) co-mo para alguns outros atingidos pelo desemprego de qualquer espécie, é impossível encarrar, como solução possível a curto prazo, a indispensável redução dessa população agrícola. Há, ao invés, de buscar na actividade agrícola melhores condições de trabalho para a mão-de-obra nela utilizada. Nesse aspecto a RA terá de ter justamente em conta que deve proporcionar uma maior intensificação da produ-ção agrícola e uma maior utili-zação da mão-de-obra por hec-tar. Esse facto terá de ser apor-tado devidamente na planifica-ção das próprias unidades de pro-dução que virão a ser criadas em consequência lógica da RA.

**EXPRESSO** — A nacionaliza-

ção das latifúndios é uma reali-dade. Que medidas se prevêm no sentido de dinamizar as res-pectivas explorações, aproveitam-do ao máximo as suas potenciali-dades que se desejam ao serviço de colectividade? Mais: a quem competirá a sua gestão financeira — a garantia, por exemplo, da formação e adequada aplicação dos fundos de manuseamento de acordo com a rotação e culturas? Prevê-se a institucionalização de alguns mecanismos ou circuitos estatais de comercialização da produção dessas unidades agricó-las?

**LOPES CARDOSO** — A di-namização das explorações cria-das através da expropriação dos latifúndios de forma a apro-veitar-se ao máximo as suas po-tencialidades passa por um apoio efectivo do Estado e a essas unida-des de produção. Apoio que classamos em três níveis: da plani-ficação das próprias unidades de produção; apoio através dos créditos indispensáveis ao seu fun-cionamento; e apoio técnico e financeiro económico-financeiro. Claro que o Estado tem de criar os mecanismos indispensáveis às novas explorações. Por isso mesmo é que, em meu entender, se deve andar depressa mas de forma segura. Quero dizer: o pro-cesso deve ser desincadado a um ritmo tal que, muito embora mobilizando-se todos os recur-sos possíveis de interesse a RA, eles devem ser minimamente su-ficientes no momento próprio a fim de apoiar-se a reforma agrá-ria, de maneira a que não se criem situações em que, realmen-te, o apoio técnico-financeiro e em termos de gestão se tornem indispensáveis por insuficiência de quadros e de meios ao dispor dos organismos que devem prestar esse apoio. Por outro lado, todo

este apoio deve processar-se não no sentido de uma ingerência do Estado na gestão e orientação dessas explorações mas no sen-tido de um apoio em termos de técnica. E cada vez mais nos devemos encaminhar para que os trabalhadores sejam os próprios gestores da sua laboração.



## O VI Governo Provisório e o futuro

**EXPRESSO** — Pedem-me para lhe perguntar o que pensa da presumível extinção das ganadarias portuguesas e o desaparecimento concomitante dos touros bravos genuinamente nacionais.

**LOPES CARDOSO** — ... a pergunta levanta dois problemas: um respeito à extinção dessas casas agrícolas; o outro é o risco da extinção paralela das ganadarias de gado bravo. Quanto ao primeiro aspecto, o da extinção dessas grandes casas agrícolas, pois ele será o resultado natural e desejado da R.A. Pensa, no entanto, este Ministério, que tal não deverá pôr em causa a existência do gado bravo. Pois por muito que se afirme — e até com certa dose de verdade — que a toirada tem uma dada conotação reacionária, também é verdade que ela constitui, entre nós, um espectáculo bastante popular e não vejo motivos fortes para se retirar a grande massa da população portuguesa a possibilidade de assistir ao seu espectáculo favorito. Toiradas, sim, reacção e conservadorismo, não!

**EXPRESSO** — A fechar, uma pergunta simples a suscitar-lhe uma resposta que o pode não ser tanto: o futuro deste Ministério e do próprio VI Governo Provisório?

**LOPES CARDOSO** — Gostaria de me permitir reservar a primeira parte da resposta a esta sua pergunta por uma razão também simples — é que penso ter muito em breve a possibilidade de me dirigir ao país através da Televisão, a fim de expor explicitamente a matéria supereferenciada. Como compreendê-lo os leitores do **EXPRESSO** devo reservar a resposta para essa altura. Quanto ao que pode fazer este Ministério no sentido de defender o VI GP, que vem sendo alvo dos cerrados ataques que toda a gente conhece pois eu direi ainda que é simples, embora difícil o que o meu Ministério tem de fazer. Simples por apenas ter de cumprir a missão

que lhe cabe adentro da Plataforma Política que foi assinada pelos três partidos (PS, PPD e PCP) que apoiaram a constituição do VI GP. Se todos os partidos que acordaram nessa plataforma o fizerem de boa fé e estilo, obviamente, dispostos a apoiar o Governo na medida em que ele respeite essa mesma plataforma, o que fará cumprindo a sua missão, pois a melhor garantia que eu e o meu Ministério poderemos dar é justamente a do cumprimento integral dos nossos deveres. Como quer que seja tenho esperança no futuro mesmo que o horizonte, para já, esteja bastante enevoado.

Inácio Trêgo

# A história (gráfica) de 6 Governos Provisórios

## MINISTROS

### 1.º Governo Provisório (15.5.74-10.7.74): 56 dias e 15 Ministros

Primeiro Ministro	Ministro Coordenação Económica
● Adélino da Palma Carlos (I)	● Vasco Vieira de Almeida (I)
<b>Ministros sem Pasta</b>	Ministro Negócios Estrangeiros
● Álvaro Cunhal (PCP)	● Mário Lopes Soares (PS)
● Francisco Pereira de Moura (MDP/CDE)	Ministro Equipamento Social e Ambiente
● Francisco Sá Carneiro (PPD) — Adjunto do Primeiro Ministro	● Manuel Rocha (I)
Ministro Defesa Nacional	Ministro Educação e Cultura
● Mário Firmino Miguel (M)	● Eduardo Correia (I)
Ministro Coordenação Interterritorial	Ministro Trabalho
● António Almeida Santos (I)	Avelino Paçoco Gonçalves (PCP)
Ministro Administração Interna	Ministro Assuntos Sociais
● Joaquim Magalhães Mota (PPD)	● Mário Murtelins (SEDES)
Ministro Justiça	Ministro Comunicação Social
● Francisco Salgado Zenha (PS)	● Raul Raao (PS)

### 2.º Governo Provisório (17.7.74-30.9.74): 75 dias e 17 Ministros

Primeiro Ministro	● Emílio Rui Vilar (PS)
● Vasco Gonçalves (M)	<b>Ministro Finanças</b>
<b>Ministros sem Pasta</b>	● José Silva Lopes (I)
● Álvaro Cunhal (PCP)	Ministro Negócios Estrangeiros
● Joaquim Magalhães Mota (PPD)	● Mário Lopes Soares (PS)
● Ernesto Melo Antunes (M)	Ministro Equipamento Social e Ambiente
● Vítor Alves (M)	● José Augusto Fernandes (M)
Ministro Defesa Nacional	Ministro Educação e Cultura
● Mário Firmino Miguel (M)	● Vitorino Magalhães Godinho (PS)
Ministro Coordenação Interterritorial	Ministro Trabalho
● António Almeida Santos (I)	● José da Costa Martins (M)
Ministro Administração Interna	Ministro Assuntos Sociais
● Manuel da Costa Brás (M)	● Maria de Lourdes Pintasilgo (I)
Ministro Justiça	Ministro Comunicação Social
● Francisco Salgado Zenha (PS)	● José Sanches Ostório (M)
Ministro Economia	

### 3.º Governo Provisório (30.9.74-26.3.75): 177 dias e 17 Ministros

2

**Primeiro Ministro e MEC Interino**  
(28-11 - 4-12)  
● Vasco Gonçalves (M)  
**Ministro sem Pasta**  
● Álvaro Cunhal (PCP)  
● Joaquim Magalhães Mota (PPD)  
● Ernesto Melo Antunes (M)  
● Vitor Alves (C/ Defesa Nacional e Comunicação Social de 3-10-74 - 24-2-75) (M)  
**Ministro Defesa Nacional**  
● Silvano Ribeiro (M)  
**Ministro Administração Interna**  
● Manuel da Costa Brás (M)  
**Ministro Justiça**  
● Salgado Zenha (PS)  
**Ministro Economia**  
● Emílio Rui Vilar (PS)

**Ministro Finanças**  
● José da Silva Lopes (I)  
**Ministro Negócios Estrangeiros**  
● Mário Lopes Soares (PS)  
**Ministro Equipamento Social e Ambiente**  
● José Augusto Fernandes (M)  
**Ministro Educação e Cultura**  
● Vitorino Magalhães Godinho (PS), até 29.11-74, Rodrigues de Carvalho (M) desde 4-12-74  
**Ministro Trabalho**  
● José Costa Martins (M)  
**Ministro Assuntos Sociais**  
● Maria de Lourdes Pintasilho (I)  
**Ministro Comunicação Social**  
● Jorge Correia Jesuino (M) desde 24-2-75

### 4.º Governo Provisório (26.3.75-8.8.75): 135 dias e 21 Ministros

**Primeiro Ministro**  
● Vasco Gonçalves (M)  
**Ministro sem Pasta**  
● Álvaro Cunhal (PCP)  
● Francisco Pereira de Moura (MDP/CDE)  
● Joaquim Magalhães Mota (PPD)  
● Mário Lopes Soares (PS)  
**Ministro Defesa Nacional**  
● Silvano Ribeiro (M)  
**Ministro Coordenação Interterritorial**  
● António Almeida Santos (I)  
**Ministro Administração Interna**  
● António Metelo (M)  
**Ministro Justiça**  
● Francisco Salgado Zenha (PS)  
**Ministro Planeamento e Coordenação Económica**  
● Mário Teixeira (I)  
**Ministro Finanças**  
● José Joaquim Fragoso (MDP/CDE)

**Ministro Indústria**  
● João Cravinho (ex-MES)  
**Ministro Agricultura e Pesca**  
● Fernando Oliveira Bastos (I)  
**Ministro Comércio Externo**  
● José Silva Lopes (I)  
**Ministro Negócios Estrangeiros**  
● Ernesto Melo Antunes (M)  
**Ministro Equipamento Social e Ambiente**  
● José Augusto Fernandes (M)  
**Ministro Transportes e Comunicações**  
● Álvaro Veiga de Oliveira (PCP)  
**Ministro Educação**  
● José Emílio da Silva (M)  
**Ministro Trabalho**  
● José Costa Martins (M)  
**Ministro Assuntos Sociais**  
● Jorge Sá Borges (PPD)  
**Ministro Comunicação Social**  
● Jorge Correia Jesuino (M)

### 5.º Governo Provisório (8.8.75-12.9.75): 35 dias e 18 Ministros

**Primeiro Ministro**  
● Vasco Gonçalves (M)  
**Vice-Primeiro Ministro**  
● Teixeira Ribeiro (I)  
**Vice-Primeiro Ministro**  
● Arnão Matelo (M)  
**Ministro Administração Interna**  
● A. Cândido de Moura (M)  
**Ministro Justiça**  
● J. P. Rocha e Cunha (I)  
**Ministro Negócios Estrangeiros**  
● Mário Ruivo (PCP)  
**Ministro Equipamento Social e Ambiente**  
(acumula interinamente Transportes e Comunicações)  
● H. Oliveira e Sá (I)  
**Ministro Comércio Externo**  
● Domingos Lopes (I)  
**Ministro Comércio Interno**  
● Macalina Matheiros (MDP/CDE)

**Ministro Indústria e Tecnologia**  
● F. Quitério de Brito (I)  
**Ministro Assuntos Sociais**  
● F. Pereira de Moura (MDP/CDE)  
**Ministro Planeamento e Coordenação Económica**  
● Mário Teixeira (MDP/CDE)  
**Ministro Finanças**  
● José Joaquim Fragoso (MDP/CDE)  
**Ministro Agricultura e Pesca**  
● Oliveira Baptista (I)  
**Ministro Trabalho**  
● Costa Martins (M)  
**Ministro Defesa**  
● Silvano Ribeiro (M)  
**Ministro Educação e Investigação Científica**  
● J. Emílio da Silva (M)  
**Ministro Comunicação Social**  
● J. Correia Jesuino (M)

### 6.º Governo Provisório (19.9.75-...):

#### 16 Ministros

**Primeiro Ministro**  
● J. Pinheiro de Azevedo (M)  
**Ministro Cooperação**  
● Vitor Crespo (M), desde 26-9  
**Ministro Administração Interna**  
● Vasco de Almeida e Costa (M)  
**Ministro Justiça**  
● João Pinheiro Farinha (I)  
**Ministro Comércio Interno**  
● Joaquim Magalhães Mota (PPD)  
**Ministro Comércio Externo**  
● Joaquim Jorge Campinos (PS)  
**Ministro Finanças**  
● Francisco Salgado Zenha (PS)  
**Ministro Negócios Estrangeiros**  
● Ernesto Melo Antunes (M)

**Ministro Equipamento Social**  
● Álvaro Veiga de Oliveira (PCP)  
**Ministro Educação e Inv. Científica**  
● Vitor Alves (M)  
**Ministro Agricultura e Pesca**  
● António Lopes Cardoso (PS)  
**Ministro Indústria e Tecnologia**  
● Luís Marques do Carmo (I)  
**Ministro Transportes e Comunicações**  
● Walter Gomes Rosa (PS)  
**Ministro Trabalho**  
● João Tomás Ross (M)  
**Ministro Assuntos Sociais**  
● Jorge Sá Borges (PPD)  
**Ministro Comunicação Social**  
● António Almeida Santos (I)



## SECRETÁRIOS DE ESTADO

## 1.º Governo Provisório: (15.5.74-10.7.74):

## 20 Secretários de Estado

## Administração Interterritorial

- Deodato Coutinho (I)
- Assuntos Económicos
- Fernando Fontes (I) — 30-5

## Finanças

- José Silva Lopes (I)

## Planeamento Económico

- Vitor Constâncio (SEDES) — 27-5

## Indústria e Energia

- J. Torres Campos (SEDES)

## Agricultura

- A. Esteves Belo (I) — 27-5

## Comércio Externo e Turismo

- Emílio Rui Vilar (SEDES)

## Abastecimento e Preços

- Nelson Trigo (I)

## Obras Públicas

- Pedro Nunes (I)

## Transporte e Comunicações

- M. Ferreira Lima (I)

## Habitação e Urbanidade

- Nuno Portas (I)

## Administração Escolar

- Frontes da Fonseca (I) — 27-5

## Assuntos Culturais e Investigação Científica

- Maria de Lourdes Belchior (I) — 27-5

## Desporto e Acção Social Escolar

- Aveilla Nunes (I) — 27-5

## Reforma Educativa

- Orlando de Carvalho (MDP/CDE) — 27-5

## Emigração

- A. Macedo Varela (MDP/CDE) — 7-6

## Trabalho

- Carlos Carvalhas (I) — 7-6

## Saúde

- António Galhardas (MDP/CDE)

## Segurança Social

- Maria de Lourdes Pintasilho (I)

## Marinha Mercante

- A. Tierno Bagulho (M) — 27-5

## 2.º Governo Provisório (23.7.74-30.9.74):

## 25 Secretários de Estado

## Administração Interterritorial

- Deodato Coutinho (I)

## Assuntos Económicos

- Fernando Fontes (I)

## Orçamento

- A. Costa Leal (I)

## Tesouro

- A. Alves Conde (I)

## Planeamento Económico

- Vitor Constâncio (SEDES)

## Indústria e Energia

- J. Torres Campos (SEDES)

## Agricultura

- A. Esteves Belo (I)

## Finanças

- Mário Ruivo (I)

## Comércio Externo e Turismo

- José Vera Jardim (SEDES)

## Abastecimento e Preços

- Nelson Trigo (I)

## Negócios Estrangeiros

- Joaquim Jorge Campinos (PS)

## Obras Públicas

- Amadeu Garcia Santos (M)

## Transporte e Comunicações

- M. Ferreira Lima (I)

## Marinha Mercante

- J. G. Viana (I)

## Habitação e Urbanidade

- Nuno Portas (I)

## Administração Escolar

- Frontes da Fonseca (I)

## Assuntos Culturais e Investigação Científica

- Maria de Lourdes Belchior (I)

## Desporto e Acção Social Escolar

- Aveilla Nunes (MDP/CDE)

## Orientação Pedagógica

- Rui Grácio (PS)

## Emigração

- Pedro Coelho (PS)

## Trabalho

- Carlos Carvalhas (MDP/CDE)

## Emprego

- José Fragata (I)

## Saúde

- Carlos Cruz e Oliveira (M)

## Segurança Social

- H. Santa Clara Gomes (SEDES)

### 3.º Governo Provisório (2.10.74-26.3.75): 31 Secretários de Estado

- Administração Intergovernamental**
- Deodoro Coutinho (I)
  - Assuntos Económicos**
  - Fernando Fontes (I)
  - Orçamento**
  - A. Costa Leal (I)
  - Tesouro**
  - A. Alves Conde (I)
  - Planejamento Económico**
  - Vitor Constâncio (PS)
  - Indústria e Energia**
  - J. Torres Campos (PS)
  - Agricultura**
  - A. Esteves Belo (I)
  - Pezca**
  - Mário Ruivo (I)
  - Comércio Externo e Turismo**
  - J. Vera Jardim (PS)
  - Abastecimento e Preços**
  - Nelson Trigo (I)
  - Administração Local**
  - Lopes Conceição (M) — 27-12 a 21-3-75
  - Administração Pública**
  - Rui Amaral (I) — 27-12
  - Justiça**
  - Armando Bacelar (PS) — 12-11
  - Negócios Estrangeiros**
  - Jorge Campinos (PS)
  - Obras Públicas**
  - A. Garcia Santos (M)
  - Transportes e Comunicações**
  - M. Ferreira Lima (I)
  - Marinha Mercante**
  - J. G. Viana (I)
  - Habituação e Urbanismo**
  - Nuno Portas (I)
  - Administração Escolar**
  - Protes da Fonseca (I) int. 29-11 - 4-12
  - Assuntos Culturais e Investigação Científica**
  - Maria de Lourdes Belchior (I) — Int. 29-11 - 4-12, Sai a 4-12
  - Cultura e Educação Permanente**
  - J. Freitas Branco (I) — 4-12
  - Desporto e Acção Social Escolar**
  - Aveiás Nunes (MDP/CDE) — Int. 29-11 - 4-12
  - Ensino Superior e Investigação Científica**
  - Aveiás Nunes (MDP/CDE) — 4-12
  - Orientação Pedagógica**
  - Rui Grácio (PS) — Int. e Ministro Delegado — 29-11 - 4-12
  - Desporto e Acção Social Escolar**
  - Luís Casanova (I) — 4-12
  - Emigração**
  - Pedro Coelho (PS)
  - Trabalho**
  - Carlos Carvalhas (PCP)
  - Emprego**
  - José Fragata (I)
  - Saúde**
  - C. Cruz de Oliveira (M)
  - Segurança Social**
  - H. Santa Clara Gomes (PS)
  - Comunicação Social**
  - Conceição e Silva (M) — até 24-2

### 4.º Governo Provisório (26.3.75-8.8.75): 36 Secretários de Estado

- Administração Intergovernamental**
- Deodoro Coutinho (I)
  - Assuntos Económicos**
  - Fernando Fontes (I)
  - Finanças**
  - José de Almeida Serra (I)
  - Orçamento**
  - A. Costa Leal (I) — até 9-7
  - Orçamento**
  - A. Santos Ramalheira (I) — 9-7
  - Tesouro**
  - Mário Brandão Ferreira (MDP/CDE)
  - Planejamento Económico e Tecnologia**
  - A. Diogo Pinto (I)
  - Indústria**
  - João Martins Pereira (ex-MES)
  - Estruturação Agrária**
  - A. Antunes de Carvalho (I)
  - Pezca**
  - Mário Ruivo (I)
  - Turismo**
  - A. Alves Conde (I)
  - Abastecimento e Preços**
  - Nelson Trigo (I)
  - Justiça**
  - Armando Bacelar (PS)
  - Negócios Estrangeiros**
  - Jorge Campinos (PS)
  - Cooperação Externa**
  - Jorge Sampaio (ex-MES)
  - Transportes e Comunicações**
  - Machado Rodrigues (PS)
  - Habituação e Urbanismo**
  - Ernesto R. Pereira (I)
  - Ambiente**
  - O. Ribeiro Telles (PPM)
  - Emigração**
  - Pedro Coelho (PS)
  - Trabalho**
  - Carlos Carvalhas (PCP)
  - Emprego**
  - José Fragata (I)
  - Saúde**
  - Carlos Macedo (PPD)
  - Segurança Social**
  - Vasco Graça Moura (PPD)
  - Adm. Regional e Local**
  - Celso Almeida (I) — 4-4
  - Adm. Pública**
  - Rui Amaral (I) — 4-4
  - Planejamento dos Recursos Humanos**
  - Andréio Ramos dos Santos (I) — 4-4
  - Abastecimento e Preços**
  - J. Conceição Neto (I) — 4-4
  - Fomento Agrário**
  - Henrique Seabra (I) — 4-4
  - Marinha Mercante**
  - José Filipe Pereira (M) — 4-4
  - Adm. Escolar**
  - Armando de Almeida (M) — 4-4
  - Orientação Pedagógica**
  - Rui Grácio (PS) — 4-4
  - Ensino Superior e Investigação Científica**
  - Aveiás Nunes (MDP/CDE) — 4-4
  - Cultura e Educação Permanente**
  - J. Freitas Branco (I) — 4-4
  - Desporto e Acção Social Escolar**
  - Luís Casanova (MDP/CDE) — 4-4

## 5.º Governo Provisório (20.8.75-12.9.75): 25 Secretários de Estado

### Descentralização

● J. Ferro Ribeiro (I) — 8-8

### Planeamento Recursos Humanos

● A. Ramos dos Santos (I) — 8-8

### Fomento Agrário

● Henrique Seabra (I) — 8-8

### Ensino Superior e Investigação Científica

● Aveila Nunes (MDP/CDE) — 8-8.

### Adm. Escolar

● Armando Almeida (M) — 8-8

### Adm. Pública

● A. Anselmo Antibal (ex-PS) — 20-8

### Justiça

● Duarte Vidal (ex-PS) — 20-8

### Emigração

● Luís Moita (Cristãos para o Socialismo)

— 20-8

### Obras Públicas

● João Myre Dorez (SEDES) — 20-8

### Habitação e Urbanismo

● F. Esteves Vicente (I) — 20-8

### Desportos e Acção Social Escolar

● A. Silva Graça (PCP) — 20-8

### Pescas

● Ulpiano Nascimento (MDP/CDE) — 20-8

### Comércio Externo

● A. Esteves Belo (I) — 20-8

### Cooperação Económica com Países Sociais

● J. Mendes Correia (I) — 20-8

### Abastecimento

● A. Correia de Campos (I) — 20-8

### Indústria e Tecnologia

● J. Silva Glória (I) — 20-8

### Marinha Mercante

● A. Nunes da Mata (M) — 20-8

### Emprego

● J. Rocha Rodrigues (I) — 20-8

### Saúde

● Artur Coutinho (I) — 20-8

### Segurança Social

● A. Teixeira da Silva (I) — 20-8

### Cultura

● João Freitas Branco (I) — 20-8

### Orçamento

● A. Santos Ramalheira (I) — 8-8

### Tesouro

● Mário Brandão Ferreira (MDP/CDE)

— 8-8

### Estruturação Agrária

● A. Antunes de Carvalho (I) — 8-8

### Trabalho

● Carlos Carvalhas (PCP) — 8-8

## 6.º Governo Provisório (26.9.75-...): 23 Secretários de Estado (Prov.)

### Justiça

● Armando Bacelar (PS)

### Planeamento e Orçamento

● Vitor Constâncio (PS)

### Comércio Externo

● António Barreto (PS)

### Negócios Estrangeiros

● José M. Medeiros Ferreira (PS)

### Transportes

● António Machado Rodrigues (PS)

### Pescas

● Pedro Coelho (PS)

### Trabalho

● Francisco Marcelo Curto (PS)

### Emprego

● Manuel Tito de Morais (PS)

### Tesouro

● Artur Santos Silva, filho (PPD)

### Fomento Agrário

● Joaquim Lourenço (PPD)

### Emigração

● Rui Machete (PPD)

### Saúde

● Carlos Macedo (PPD)

### Reorganização da Estrutura Agrária

● António Bica (PCP)

### Desportos e Juventude

● António Silva Graça (PCP)

### Administração Pública

● Rui Amaral (I)

### Administração Regional e Local

● Ferreira Lima (PS)

### Investimentos Públicos

● António Sousa Gomes (SEDES)

### Obras Públicas

● Amadeu Garcia dos Santos (M)

### Administração Escolar

● Mário de Aguiar (M)

### Ensino Superior e Investigação Científica

● António Brotas (I)

### Comunicação Social

● José L. Ferreira da Cunha (M)

### Energia e Minas

● Fernando Marques Videira (I)

### Indústria Pesada

● Mário Cardoso dos Santos (I)

## SUBSECRETÁRIOS DE ESTADO

### 1.º Governo Provisório (15.5.74-10.7.74): 4 Subsecretários de Estado

#### Administração Judiciária

- Armando Bacelar (PS) — 30-5
- Orçamento
- A. Costa Leal (I)

#### Tesouro

- A. Alves Conde (I)
- Ambiente
- G. Ribeiro Telles (PPM)

### 2.º Governo Provisório (23.7.74-30.9.74): 5 Subsecretários de Estado

#### Administração Interna

- Luis Nandim de Carvalho (SEDES) — 7-8

#### Administração Judiciária

- Nandim Bacelas (PS) — 23-7

#### Tórnimo

- Adrúbal Aguiar (I)

- Armando Bacelar (PS) — 23-7

#### Turismo

- G. Ribeiro Telles (PPM) — 23-7

#### Comunicação Social

- Luis de Barros (I) — 7-8

### 3.º Governo Provisório (2.10.74-26.3.75): 6 Subsecretários de Estado

#### Administração Interna

- Luis Nandim de Carvalho (SEDES) — 2-10 até 27-12

#### Administração Judiciária

- Armando Bacelar (PS) — 27-10 até 12-11

#### Turismo

- Adrúbal Aguiar (I) — 2-10

#### Transportes e Comunicações

- Machado Rodrigues (PS) — 19-10

#### Ambiente

- G. Ribeiro Telles (PPM) — 2-10

#### Comunicação Social

- Luis de Barros (I) — 4-10 até 24-2-75

### 4.º Governo Provisório (26.3.75-8.8.75): 9 Subsecretários de Estado

#### Administração Industrial

- José Cardoso da Silva (I) — 26-3

#### Programação Industrial

- Rui Sérgio (I) — 26-3

#### Obras Públicas

- A. Leidão (I) — 26-3

#### Comércio Interno

- Luis Pessoa Brandão (M) — 4-4

#### Transportes

- Eduardo Zéquete (I) — 4-4

#### Adjunto do Primeiro-Ministro

- J. M. Correia Pinto (MDP/CDE) — 21-4

#### Tesouro

- Amândio Camelo (I) — 15-5

#### Orçamento

- Alberto Ramalheira (I) — 15-5 até 9-7

#### Orçamento

- Ludovico Morgado Cândido (I) — 9-7

### 5.º Governo Provisório (27.8.75-12.9.75): 4 Subsecretários de Estado

#### Adjunto Primeiro Ministro

- J. M. Correia Pinto (MDP/CDE)

#### Orçamento

- L. Morgado Cândido (I)

#### Tesouro

- Amândio Camelo (I)

#### Comércio Interno

- Luis Pessoa Brandão (M)

### 6.º Governo Provisório (26.9.75-...): 1 (Prov.)

Adjunto do P. Ministro • Sá Machado (I)



## Antiguidade Governativa (os 10 primeiros)

1.º — António Almeida Santos (I) — 472 dias \*

2.º — Joaquim Magalhães Mota (PPD) — 472 dias (apresentou o pedido de exoneração do IV Governo dois dias antes de Almeida Santos) \*

3.º — Francisco Salgado Zenha (PS) —

472 dias (apresentou o pedido de exoneração cinco dias antes de Magalhães Mota) \*

4.º — Carlos Carvalhas (PCP) — 459 dias

5.º — Avelãs Nunes (MDP/CDE) — 456 dias

6.º — Álvaro Cunhal (PCP) — 450 dias

7.º — Mário Soares (PS) — 450 dias (apresentou o pedido de demissão do IV Governo

antes da sua exoneração formal)

8.º — Armando Bacelar (PS) — 442 dias \*

9.º — Gonçalo Ribeiro Telles (PPM) — 435 dias

10.º — esqueço — Vasco Gonçalves (M) e Costa Martins (M) — 429 dias

\* Fazem parte do 6.º Governo Provisório.

## Os mais antigos dos restantes membros do VI Governo

1.º — Ernesto Melo Antunes (M) — 48 dias

2.º — Amadeu Garcia dos Santos (M) — 394 dias

3.º — Joaquim Jorge Campinos (PS) — 383 dias

4.º — Vitor Alves (M) — 281 dias

5.º — Vitor Constâncio (PS) — 310 dias

AZEVEDO, *Pinheiro de*

## Pinheiro de Azevedo falou ao País: Um mês depois, onde estamos?

PINHEIRO DE AZEVEDO, primeiro-ministro de um Governo que a si próprio se define como "a última esperança de um governo enquadrado em estruturas constitucionais vigentes", falou ao País, exactamente um mês depois de, também pela televisão, ter apresentado a esse mesmo País o seu projecto de Governo. Fiel à regra que se impõe "de uma política aberta e participativa", vem apresentar um "balanço e afirmação de resultados". Depois de apontar os aspectos que considera positivos — a situação de injustiça social, o fim das guerras coloniais, a liberdade e a dignidade reconstruídas — fala das dificuldades.

Dificuldades que reconhece não só emergentes da crise internacional e da herança fascista mas, em grande parte, ligadas aos erros cometidos ao longo do processo. "É necessário que o povo conheça a verdade sobre o que passa, não também, assumir as responsabilidades que lhe cabham, contribuir com os sacrifícios e renúncias que se impõem para a solução dos problemas..." E acrescenta: "Até agora temos-nos mais empenhado em denunciar as culpas alheias — que são muitas — do que em solucionar as próprias."

O primeiro-ministro entra seguidamente a fazer "o ponto da situa-

ção", em que abrevia um relato detalhado da situação das contas públicas, passando em revista alguns sectores como o dos transportes, a indústria, o equipamento social, a agricultura, a educação, a habitação, a justiça, o comércio externo.

Valerá a pena recordar o passo do seu discurso de 14 de Setembro em que são definidas as tarefas que o VI Governo se propõe executar e, a sua luz, fazer a leitura do que disse na passada segunda-feira.

Enquanto, na véspera da sua tomada de posse, Pinheiro de Azevedo focava com igual determinação a necessidade de medidas de carácter político e económico (com relevo para a descentralização político-administrativa, a gestão das autarquias locais, saneamento, a política de informação, a vida sindical, a questão das reformas do âmbito judicial e criminal, as milícias civis armadas, etc.), na sua recente exposição-balanço privilegia a análise do sector académico-financeiro, deixando e para melhor oportunidade o "ponto" de outros tão importantes pontos.

Mas uma constante, a polvilhar ambos os textos: "a sustentabilidade do aparelho de Estado e a disciplina funcional e cívica". A grande constante da autoridade a deixar transparecer um alarido que se condizna mal com a aparente serenidade da frase "de qualquer modo a situação está clari-

ficadas: o VI Governo, com o aral recentemente afirmado do Conselho da Revolução, sabe os limites que tem e os apoios com que conta...Sabe enfim que o povo, aquele que vale, também não embarca nessa confusão."

Apesar do tempo que se recorda o projecto de há um mês pouco ou em paralelo com o relatório de agora, será útil alinharmos numa terceira coluna (mental) as medidas de órgãos do poder (governamentais ou militares) tomadas relativamente aos mesmos sectores.

Embora seja claro que um período de um mês não é suficientemente longo para que se possa pretender ajuizar da eficácia ou operacionalidade de um Governo (o exemplo do VI, ao contrário do que ele stabilizadamente tentou provar, é bem prova disso), poderá ser indicativo dos seus critérios e prioridades, indicativo pelo que foi feito, pelo que foi calado, pelas pistas que ficam apontadas, e a sua direcção.

Vejamos o que preocupava Pinheiro de Azevedo dias antes de ser empusado (citando a enumeração de "tarefas" constantes do seu discurso de 13 de Setembro; vejamos o que hoje afirma preocupá-lo (citando o seu texto de 13 de Outubro) e vejamos o que, entretanto, foi acontecendo...



## Autoridade

**REFORÇAR a autoridade do Governo que pretende ser intérprete da vontade maioritária do Povo Português pela eficiência e disciplina das forças armadas ao seu exercício (13/9)**

...A autoridade e disciplina que devem ser em si mesmas revolucionárias. Mas que não podem sob pena de se negarem deixar de assegurar o exercício normal dos poderes do Estado.

Autoridade e disciplina que não podem nem devem ser puramente repressivas.

...Mas grave é porém a campanha de indisciplina e descrédito militar recentemente surgida que poderia conduzir — este ou qualquer outro governo — a uma situação insustentável na medida em que um exército disciplinado e coeso é condição essencial para se poder governar.

...Sem Forças Armadas não há autoridade e sem autoridade não há governo.

Urge portanto forjar uma autêntica disciplina revolucionária nascida do próprio processo, livremente aceite e consentida, que leve rapidamente à união das Forças Armadas, sem a qual não é possível garantir a continuidade do processo.

...As tentativas para o seu derrube, o VI Governo responderá governando. (13/10)

⊙ Este tema, referido em várias reuniões do Primeiro Ministro, veio a ser apontado, directa ou indirectamente, como justificativo de importantes decisões como sejam a criação do AMI, sob a chefia do Brigadeiro Hélio Egídio, (grupo de forças de intervenção posto sob as ordens directas da Presidência da República), a nomeação do Brigadeiro Pires Veloso para o Comando da Região Militar do Norte (em substituição do Coronel) a subordinação da GNR e da PSP ao Ministério da Administração Interna, a demissão de Pinto Soares, Comandante-Geral destas duas corporações, e a criação transitória estabelecida na Rádio e na Televisão quanto aos comunistas partidários. Foi também publicada legislação permitindo a convocação urgente

de militares na disponibilidade e licenciados.

Estritamente associado a esta estruturação e manutenção dos SUV e do ARP, os acontecimentos dos dias 1 e 2 de Outubro, o encerramento do CICAP e a posição tomada pelos militares e civis do RASP. Também se multiplicaram manifestações, por vezes violentas, de apoio ao governo (PS e PPD) e de ataque (PCP, FUR e outros partidos de esquerda revolucionária). No conjunto de acções que directamente se ligam com este tema, avultaram, praticamente desde a posse do VI Governo, a atitude da Associação dos Deficientes das Forças Armadas (sobretudo na ocupação da Embaixada Nacional e no cerco aos Palácios de Belém e S. Bento) e os incidentes ocorridos na Embaixada e no Consulado espanhol.

## Legalidade Democrática

**Defender a ordem e a legalidade democrática e assegurar, de imediato, exercício das liberdades em todo o território nacional" (13/9)**

"Vivia depois um conjunto de acções que na prática dificultaram a acção do Governo". Depois de referir diversos actos de destruição, ocupação e sequestro, afirma: "Todos estes acontecimentos podem contribuir objectivamente para a queda do VI Governo antes mesmo de ele ter podido começar a governar. ... Nada predisposto à limitação das liberdades não a custo reconquistadas, deixará que a condenação dos erros dos que as usam mas no fundo as desprezam seja um firme e opoente repúdio popular". A que temos nós assistido? À contestação indiscriminada, lei a lei, mesmo das promulgadas após a revolução. A pretensão, a que aderem alguns cidadãos mais responsáveis, de que pode descaçar-se uma lei com base na discordância com ela, individual ou de grupo. Mais do que isso à contestação frontal da própria autoridade dos tribunais, passo fundamental para a recusa de toda e qualquer autoridade.

Passou a falar-se, com frequência, em leis revolucionárias. Em período revolucionário, devem as leis sê-lo, como instrumento que são da própria revolução. Mas sem deixarem de ser leis, no sentimento de voluntária ou compulsivamente respeitadas como normas de conduta e de convívio social. Por lógica extensiva, têm de ser respeitadas os tribunais e as suas decisões, o que é bem sentido por aqueles que os procuram em demanda de reparação e de justiça. Somos um povo civilizado e um estado de direito. Daríamos uma má ideia de nós próprios, e poríamos em causa o básico sentimento de segurança dos cidadãos, se não vivessemos de acordo com o pacto social exposto no corpo de leis que nos regem a conduta. Não devem confiar na impunidade ou não complacência do governo os que julgam poder viver contra a lei ou à margem dela. O Governo, por seu turno, espera do civismo dos portugueses o seu escrupuloso acatamento." (13/10)

As principais medidas neste campo foram a concretização de importantes alterações no processo judicial português entre as quais reintrodução do júri popular, que já vinha de trás, a criação de uma nova Secretaria de Estado da Justiça destinada à reforma do regime de cumprimento de penas, e a reabilitação de marginais e de departamentos governamentais próprios para os Retomados e a Condição Feminina. Também se iniciou o julgamento

de Ramiro Valadão. Foi criado na dependência do Conselho da Revolução, o Serviço de Polícia Judiciária Militar.

Paralelamente, algumas manifestações assumiam carácter violento, como as ocorridas no Porto, designadamente por virtude de provocações de terminos e, algumas vezes eram assaltadas. Verificava-se também a morte de um militante político de um partido em confronto com militantes de outro partido.

## Actividades contra-revolucionárias

**"Combater as actividades contra-revolucionárias qualquer que seja a sua origem". (13/9)**

"O VI Governo continuará a defender a revolução e o seu programa socialista, tanto contra os ataques que a reacção lança pela direita como aqueles que a reacção desferre pela esquerda.

... Todo aquele que não trabalha é, digamo-lo sem receio, contra-revolucionário." (13/10)

● Neste plano, a actividade violenta do poder foi limitada, tendo sido acusado, por grupos de esquerda revolucionária de ter demandado serviços de investigação contra-revolucionária, sobretudo no Norte do País. Entretanto, as actividades contra-revolucionárias de direita eram também limitadas, tendo aparecido um comunicado da RMS re-

ferente a petanjos isolados. No dia 14, a conversa entre Costa Gomes e Pinheiro de Azevedo parece ter-se referido a este tema.

Entretanto, surgem na imprensa portuguesa diversas referências aos preparativos, no exterior, da contra-revolução (entrevista de Alpoim Calvão a "O Jemal", declarações de Spínola, etc.)

## Assembleia Constituinte

"Garantir o funcionamento da Assembleia Constituinte". (13/9)

Não há referência.

- A posição do Governo foi de solidariedade pública da Assembleia Constituinte desde o seu empocamento.

Assim, o Gabinete do Primeiro Ministro respondeu pela primeira vez, aos requerimentos de deputados, referindo qual o destino que despiriam seguir. Também foram resolvidos problemas administrativos e financeiros do funcionamento da Constituinte, pendentes desde

os governos anteriores (p. Ex-ajudas de custos).

O próprio Primeiro Ministro revelou a atenção com que acompanhava as actividades da Constituinte (p. ex. quando esta chegou a admitir a hipótese de funcionamento em sessão permanente no dia 1 de Outubro). Sala legislativa permitindo a entrada de Mário Soares na Constituinte de acordo com uma condição posta pelo P.S. na formação do 6.º Governo.

## Saneamentos

"Garantir a aplicação do princípio da legalidade no saneamento e impedir formas arbitrárias de saneamento ou de discriminação que tenham por base lutas inter-partidárias e reparar eventuais injustiças decorrentes de não terem sido observados estes princípios". (13/9)

Não há qualquer referência em 13/10.

- Também sobre esta matéria não há referência em 13/10.

em sectores das Forças Armadas, no MEIC e na Secretaria de Estado da Saúde.

## Descentralização político-administrativa

"Descentralizar a vida político-administrativa iniciando projectos de reordenamento do território e tendo em especial atenção a urgência e as particularidades da situação dos arquipélagos dos Açores e Madeira". (13/9)

Não se refere em 13/10.

- A situação na Madeira mereceu a atenção do MAL, correndo aliada conversações entre os principais partidos políticos e este Ministério. A situação nos Açores foi objecto de troca de impressões entre o governo e responsáveis dos principais

partidos locais (P.P.D., P.S. e C.D.S.I).

Verificou-se, entretanto, uma certa atenuação dos movimentos autonomistas, nos Açores. O incidente mais grave ocorreu no Estabelecimento da Madeira, mas foi extremamente controlado.

## Gestão das autarquias locais

"Proceder a uma revisão geral de situação existente nas autarquias locais e substituir, em prazo limitado, as Comissões Administrativas irregularmente constituídas opostas à vontade democrática das populações ou de cuja acção tenham resultado inconvenientes para a vida local de forma a assegurar uma gestão eficiente e fortalecer o apoio das populações aos órgãos de administração local". (13/9)

Nada no discurso de 13/10.

- Foi-se acordado reuniões com partidos políticos mais representativos dos diversos distritos, para estudo da eventual substituição dos Comissários Cívicos e das Câmaras Municipais. Entretanto, verificou-se a constituição "ad-hoc" do Conselho Municipal do Porto, e a aceleração dos movimentos das assembleias populares para a criação de um Conselho Municipal de Lisboa.

Até que o Secretário de Estado da Administração Interna remete para o momento posterior à feitura da Constituinte.

As posições dos governadores do Porto (atacado pelo PCP e FUR e defendido pelo PS e PPD), de Faro (atacado pelo PS e defendido pelo PCP e FUR) e de Évora (atacado pelo PCP e FUR e defendido pelo PS e PPD) são noticiadas.

## Isenção partidária do Estado

"Assegurar a não discriminação política ideológica, uma contribuição pluralista e a isenção partidária no aparelho do Estado, nas empresas nacionais e nas organizações de reforma agrícola, corrigindo abusos eventualmente praticados". (13/9)

Não há referência em 13/10.

- Neste domínio, não se verificaram alterações substanciais. Algumas nomeações de elementos do PS e PPD para departamentos públicos.

A distribuição de um comunica-

do do PS através do MCS, a nota do Conselho de Ministros sobre a manifestação do PPD no Porto... Pequenos sinais... de "irritabilidade", como alguns afirmam ou de reprov... pluralismo como outros pretendem? A ven...

## Pluralismo na Informação

"Assegurar o pluralismo nos Meios de Comunicação Social dependentes do Estado". (13/9).

O discurso de 13/10 são resenhas.

● O facto mais destacado neste sector foi a decisão de ocupação militar das instalações da Rádio e Televisão. Na sequência desta medida transitória, defendida pelo PS e pelo PPD, e atacada por quase todos os outros restantes partidos, isoladamente de esquerda, substituída a direcção da Emissora Nacional e encerrada a Rádio Renascença de Lisboa, encerramento que culminou com a selagem das instalações do emissor da Sinesca, o que está provocando larga contestação popular.

Também transitoriamente vigorou censura militar a comunicados partidários.

Paralelamente, não se verificaram modificações nos órgãos de imprensa pública, nem na si-

tuação do jornal "República". Recorda-se que o Ministro da Comunicação recebeu a sua intenção de fechar o "República" e o R.R. aos seus legítimos proprietários.

Almeida Santos tem sido amplamente contestado devido ao que se considera uma política direitista e legalista (referem-se os processos postos a alguns jornais e a crescente intervenção do M.C.S. enviando comunicados com instruções para publicação. Tomaram posição contra o Ministro em plenário do Sindicato dos Jornalistas, um dos trabalhadores da S.N.T. (Século) e diversos sectores partidários.

No contexto actual não parece haver da parte do VI Governo pressa em rever a Lei de Imprensa.

## Ensino e Cultura

"Intensificar o processo de democratização da cultura e do ensino, tanto no plano social como no das instituições". (13/9)

"De um modo geral os estudantes não estudam, os professores não ensinam, os critérios de avaliação de conhecimentos não asseguram de modo nenhum que um engenheiro saiba engenharia e um médico medicina. A explosão escolar, consequente do acesso ao ensino de estratos populacionais aos quais até até pouco foi vedado e, ao nível superior, o encerramento do ano escolar em 1974/75, chegou até ao VI Governo convertida num problema de muito difícil solução global-Podem tentar-se arremedos de solução, e vão ser tentados. Mas, uma vez mais, bom é não alimentar ilusões.

E como o governo não está disposto a envolver por formas de disciplina escolar compulsiva melhor é que estudantes, professores e funcionários ligados ao ensino se comprometam de que serão as primeiras vítimas das suas incompreensões e dos seus erros." (13/10)

● O ministro respectivo delocou-se a vários pontos do país com um objectivo de informação. Prosseguiu os trabalhos de lançamento de algumas iniciativas de fundo, como sejam o ensino primário renovado e o 7.º ano de escolaridade obrigatória em todo o país, mas não há a destacar modificações substanciais do 6.º Governo Republicano.

E criado o Ministério da Cul-

tura, ainda não provido.

Persistem conflitos internos na própria estrutura interna do MEIC, (do que a actual greve foi um dos aspectos esparsos), mas não há ainda a notar perturbações estudantis.

Delimita-se um movimento de descontentamento entre os professores que ao nível de colocações que também ao nível de contestação dos programas escolares.

## Vida sindical

"Valor pelo respeito da democracia na vida sindical". (13/9)

Não se refere este ponto em 13/10.

● As tarefas do Ministério do Trabalho têm sido polarizadas por um conflito de ampla dimensão informativa com os sindicatos representativos dos metalúrgicos, tendo estes logrado uma signific-

tiva vitória quanto ao C.C.T. Entretanto, prossegue a série de eleições sindicais, que, com a excepção dos metalúrgicos, confirmam uma perda de peso do PCF em favor do PS e de alguns partidos de extrema-esquerda.

## Investigação criminal

"Tornar mais eficiente os serviços de investigação e prevenção criminal e criar condições para que os tribunais exerçam mais prontamente o seu poder". 13/9

Nada sobre isto em 13/10

- Neste domínio, que se liga a outros como o da autoridade e da legalidade democrática, foram praticamente todas as medidas governamentais... prosseguido portanto o nível e a proficiência de crimes ou actividades lesivas contra as pessoas e bens verificado na vigência dos governos anteriores.

## Presos políticos, ex-pídes e legionários

"Assegurar o julgamento num prazo máximo a estabelecer nos processos de todos os presos políticos, civis e militares.

O julgamento dos ex-pídes e legionários far-se-á de acordo com legislação já publicada pelo Conselho da Revolução". (13/9)

Não há referência em 13/10.

- Entrou na sua fase de instrução Revolucionária, para o que dispõe a actividade do Tribunal Militar e de um prazo de 40 dias.

## Milícias civis armadas

"Publicar legislação severamente punitiva de grupos civis armados". (13/9)

Não se refere em 13/10.

- Apesar de constituir um tema permanente das declarações públicas do Primeiro Ministro, não se verificaram qualquer medidas políticas ou militares relativas a este ponto. Ao invés, ocorreram casos públicos de roubos de armas ou de incidentes militares a propósito de distribuição de armas (Belrolal, Designadamente, para a clandestinidade o capitão Fernandes, que se proclama responsável por alguns daqueles actos, e dirige mensagens, periódicas às F.A., Nos incidentes do Porto, armas são vistas e maíadas pelos mais diversos sectores públicos.

## Descolonização

"Promover o processo de descolonização de Angola e Timor com salvaguarda dos legítimos interesses dos portugueses radicados nesses territórios e dos retornados das ex-colónias". 23/9/91

"...Cabe ao VI Governo enfrentar o salto da descolonização de Angola e Timor, tão marcado de tragédia, e as suas inevitáveis consequências, das quais a mais significativa e também a mais dramática é o problema dos retornados.

Já o VI Governo aprovou um crédito de 4 milhões de contos para fazer face às despesas do seu transporte e primeira assistência.

O seu definitivo enquadramento na sociedade portuguesa seria um desafio para qualquer governo. Muito mais o será para este VI Governo, tão cravado de dificuldades e tão limitado de meios. Mas não nos falta determinação e contamos com a compreensão e ajuda dos próprios retornados.

Fimda a descolonização, cujas dificuldades não chegam para neutralizar os seus méritos — só porque na base das primeiras estiveram razões alheias ao nosso querer e à nossa capacidade de controle — poderemos, superada a dispersão, concentrar-nos sobre o rectângulo europeu e as ilhas adjacentes que basicamente fomos e sempre seremos e, de novo integrados na comunidade das nações, resolver em paz os nossos problemas, continuar a nossa marcha para o socialismo, e voltar a ser caninão e a ser exemplo".

- É criado o Ministério da Coordenação, cujo titular (Vitor Crespo) se desloca a Moçambique passando por Angola. Reincidem-se as conversações com os movimentos de libertação angolanos e timorenses, com vista à conclusão de acordos de governo. Paralelamente agrava-se o conflito militar em Angola, com a ofensiva da FNLA, e em Timor, verificando-se mesmo uma intervenção indonésia. Em Portugal, a medida que se aproxima o 11 de Novembro, entram-se campos pró-MPLA e pró-FNLA.

## Política Externa — Comércio Externo Investimento Externo

"Desenvolver uma política externa de independência nacional que, respeitando os compromissos internacionais assumidos, liberte o País, progressivamente, de todas as relações económicas, ainda existentes, através da diversificação equilibrada dos acordos de comércio externo".

"Organizar e reforçar o comércio externo, reforçar as relações comerciais com todos os países e, designadamente, com a E.F.T.A. e o Mercado Comum e expandir as relações com países socialistas e com os países do terceiro mundo de forma a conseguir-se a redução dos déficits da balança de pagamentos e o financiamento dos grandes projectos de investimento público".

"Controlar as actividades dos agentes económicos estrangeiros no domínio dos investimentos directos". (13/9)

✓ **Razão têm os que apelam para o reforço e a defesa da independência nacional. Mas não é com soltas afirmações de princípios sem conseqüentes indicações que o problema se resolve.**

**A balança comercial tem-se caracterizado, por seu termo, por um desequilíbrio crónico. Em 1974 registou, no entanto, o seu saldo mais elevado de sempre — 31,5 milhões de contos.**

Há alguns anos vinha o seu "défice" a ser compensado pelos saldos positivos nas transacções de serviços, com destaque para o turismo, e pelas remessas dos emigrantes. A evolução desfavorável das receitas turísticas e das transferências privadas vem provocando e acentuando um processo acelerado de drenagem para o exterior de meios de pagamento em moeda estrangeira que deixa previr o seu muito próximo esgotamento, e a necessidade de utilização das reservas de ouro.

De qualquer modo, impunha-se que os detractores de recurso ao financiamento externo, dissessem claramente como, sendo governo, resolveriam a situação de grave crise financeira herdada pelo actual governo. Nomeadamente como, sem meios externos de pagamento, manteriam o nível da importação de bens essenciais, e sem meios internos de pagamento continuariam a dispendir milhões de contos com "déficits" das empresas assistidas, incrementariam o investimento, consuntariam a descolonização e fariam face ao desemprego, tudo sem reforçarem incorporeavelmente a inflação, ou seja sem entrarem no círculo vicioso que faz morrer os cidadãos para a miséria e os povos para o fascismo.

**Em termos de Balança de Pagamentos o "défice" foi de 16 milhões de contos em 1974 e duplicará sensivelmente em 1975, atingido cerca de 10 por cento do produto nacional. Esta situação deriva de razões estruturais não suscetíveis a curto prazo (é o caso da moeda dependência do exterior em produtos agrícolas) de razão de conjuntura internacional, onde a recessão económica se junta um acentuado aumento de preços e ainda das condições de instabilidade interna em que temos vivido.**

Só em 1974, face à quase estagnação da produção interna de produtos alimentares dependemos 17,2 milhões de contos com a importação desses produtos. As aquisições de combustíveis atingiram, por sua vez, 14,6 milhões de contos, e as de bens de equipamento cerca de 19 milhões de contos; como a situação tende a agravar-se, é natural que, mesmo quanto a estes bens, tenhamos de encetar algumas limitações e sacrifícios.

Em resultado deste panorama, não constitui surpresa, nem talvez notícia, o facto de o VI Governo ter laciado o seu mandato no ponto em que as reservas de divisas do Banco de Portugal se aproximavam, a termo de dias, do ponto crítico, próximo do ponto zero, que nos obriga a lançar mão de novas soluções, que passam, inevitavelmente, pela obtenção de empréstimos externos caucionados pelas reservas de ouro. Mas não tenhamos ilusões. Ao ritmo que levamos, o próximo ouro — cujo preço de mercado se encontra em fase descendente — não nos garantirá nada que se pareça com o tempo decorrido após o 25 de Abril.

Impõem-se pois, operações estranhas de carácter financeiro, e foi essa uma das primeiras preocupações e tarefas do VI Governo.

Algumas dessas operações — já anunciadas e em fase de concretização — não seriam sido possíveis sem a garantia, que o VI Governo representa, de uma democracia socialista e pluralista. Na mesma linha vão ser exploradas outras perspectivas de financiamento externo para projectos de investimento.

A prática do apoio financeiro Intra-estados é coerente, sem excluir o âmbito das relações entre a União Soviética e dos Estados Unidos, sem que se evite, quando realizada em modos selectivos, o tão propalado risco de perda da independência nacional. Pelo contrário, seriam a matéria e os grandes catalisadores, o desemprego e o isolamento internacional, o caminho mais recto e mais curto para humilhantes situações de dependência e sujeição". (13/10)



● No campo da política externa, e em curto espaço de tempo, sucedem-se a visita de Costa Gomes, Vasco Lourenço, Costa Neves e Jorge Campinos à Polónia e URSS, e a de Melo Antunes a Paris e depois ao Luxemburgo e à Cúcuta da CEE. Finalmente, também Melo Antunes falou na Assembleia Geral das Nações Unidas e teve encontros com governantes norte-americanos. O saldo nesta actividade foi a conclusão do empréstimo pelo Mercado Comum a Portugal, bem como a abertura de créditos norte-americanos ao Estado Português, um sob a forma de empréstimos, outros sob a forma de doação.

Entretanto, simultaneamente, foram recebidos em Portugal dirigentes políticos da Jugoslávia, da República Federal da Alemanha e da República Democrática da Alemanha, enquanto que o governo português tentava desactivar o ambiente

tense nas relações com a Espanha, depois dos incidentes ocorridos em Lisboa e no Porto.

O embaixador de Portugal nas Nações Unidas ocupara finalmente o seu lugar.

Quanto a investimentos externos, para além da negociação dos empréstimos públicos das organizações internacionais e de alguns países, através de acordos bilaterais, não foi especificamente encerrada a matéria do investimento directo privado de origem externa, nem do Código do investimento estrangeiro em Portugal.

O ponto mais debatido no âmbito do Comércio Exterior foi o acordo entre Portugal e a União Soviética relativo à venda de vinho português àquele país. Depois de muitas hesitações, o Conselho de Ministros optou pela manutenção do contrato anteriormente celebrado.

Ainda não foram adoptadas medidas de restrições à importação.

## Coordenação Económica — Definição dos Sectores Público e Privado

"Delimitar os domínios de actividade dos sectores económico, público e privado, com definição de garantias e incentivos que permitam a reanimação deste último sector apoiando-se ao mesmo tempo e eficazmente, as pequenas e médias empresas".

"Concluir a nacionalização dos sectores básicos da economia, estruturar o sector público e económico nacionalizado, conferindo-lhe dinamismo e eficiência, designadamente o sector bancário, criando-se condições para o planeamento da economia e o funcionamento eficaz das actividades produtivas". (13/9)

"As contas públicas sair-se-ão no exercício corrente com um défice previsto que ultrapassará os trinta milhões de contos...

Aquele resultado duplicará o défice admitido pelo orçamento... Os governos anteriores foram condenados a várias pressões para aumentarem as despesas correntes, quer autorizando sucessivos créditos especiais, quer deixando crescer a dívida flutuante junto do Banco de Portugal através de operações de tesouraria à margem de execução orçamental.

Do lado das receitas, merece destaque uma quebra significativa da contribuição industrial, em resultado da crise que a maioria das empresas atravessa, sendo de prever, para 1976, uma acentuação dessa quebra. O peso dos impostos indirectos tenderá, assim, a crescer no nosso sistema tributário, com toda a margem de injustiça social que esse facto representa, visto que, como se sabe, os impostos indirectos atingem indiscriminadamente os cidadãos pela via dos preços. Não nos resta, sequer, o recurso ao reforço das taxas dos impostos directos sobre os rendimentos pessoais — já fortemente aumentadas até ao limite do desestímulo do investimento privado — sendo que a função dos altos rendimentos das classes possidentes foi feita através das nacionalizações. A colheita do chamado "deflito" sazonalmente terá assim de ser assegurada por meio de empréstimos — internos, se possível, externos sempre que necessário — e junto do Banco de Portugal, através de criação de moeda.

Esta solução, perigosamente fácil, tem, como se sabe, consequência fatal no agravamento da inflação, com todo o cortejo de injustiças que traz associadas.

Bastará que se refira que, só o Fundo de Abastecimento, fechará este ano com um "deflito" de cerca de 3 milhões de contos e que o elevará para cerca de 10 milhões o seu "deflito" acumulado.

Para aquele resultado contabilístico desfavorável a política de subsídios aos preços de artigos de consumo, que costará ao país cerca de 2,6 milhões de contos.

Neste momento, o VI Governo enfrenta um "deflito" anual nacional de tesouraria da ordem dos oitenta milhões de contos, uma massa salarial que quase equivale ao produto interno nacional, cerca de 300 000 desempregados, com tendência para mais e uma acentuada falta de subemprego.

Só para as pequenas e médias empresas — que nos merecem especial carinho — teremos de orçar, para 1976, a prolongar a actual situação, um apoio financeiro global na ordem dos 7 milhões de contos". (13/10)

● Em matéria de coordenação económica, a questão essencial abordada foi a do debate de pontos prévios à elaboração dum Plano Económico de Emergência. Foram nomeados alguns administradores por parte do Estado em empresas do sector público, e sobretudo procedeu-se à substituição da Administração do Banco de

Portugal. Em matéria de nacionalizações foram concretizadas as já aprovadas no V Governo relativas ao grupo CUR, e designada uma Comissão para gestão.

No ponto de distinção entre o sector público e privado, o VI Governo nada acrescentou.

Continua pág. 29

## Pinheiro de Azevedo:

# “As tentativas para o seu derrube o VI Governo responderá governando”

### Reforma agrária

“Proseguir a reforma agrária, reforçando o crédito e o apoio técnico às explorações e impedindo-as de situações que possam dificultar a sua execução e fomentar a produção agrícola e de outros bens alimentares”. (13/9)

“Não se há-de estranhar que uma reforma que está na infância, não tenha resposta imediata para todos os problemas, ou não vá além de respostas apenas aproximativas.

O que conta é que queremos a reforma e estamos determinados a realizá-la.

Já o VI Governo tomou medidas de efeito imediato em ordem a facilitar o crédito e a disponibilidade de maquinaria agrícola. O que, de momento, se verifica, é uma relativa falta de iniciativa dos agricultores ao nível da procura de crédito. Seria a última pessoa a não reconhecer justiça da maioria das reivindicações formuladas. Mas não quero que pequenos e médios agricultores e as cooperativas agrícolas vejam a mim alimentada a ilusão de que todos os seus problemas têm solução imediata e fácil, ou de que podem constituir solução ocupação de terrenos, à margem dos casos e formas previstas na Lei da Reforma Agrária, única solução, em termos globais e definitivos, também aqui, é possível produzindo mais e melhor”. (13/10)

Este foi um dos sectores em que a actividade governativa foi mais intensa, iniciada com deslocações de membros do Governo ao Alentejo e ao Norte. Foram tomadas inúmeras medidas, das quais se destacam a publicação de portarias elaboradas pelo V Governo referentes à desapropriação de 179 herdades, o alargamento das medidas de Crédito Agrícola de Emergência abrangendo o pagamento de salários e alargando-se às unidades colecti-

vas de produção, e nacionalização da Companhia das Lezírias, e reestruturação dos órgãos de gestão das cooperativas agrícolas entre outras.

Paralelamente prosseguiram as ocupações de propriedades rurais e a continuação do Ministério de Agricultura e das Pescas por alguns sindicatos do Sul de Portugal. De referir a contestação constante da actividade governamental no sector por parte de trabalhadores agrícolas e adubeiros, no âmbito teleférico.

### Medidas de austeridade

“Adoptar medidas de restrição dos consumos superfínos e assegurar a lançar uma campanha de austeridade no consumo de energia”. (13/9)

“Para todos estes problemas só há uma resposta: temos de produzir mais e de consumir menos. É um programa linear de quem cujo êxito como sempre, passa pela consciência cívica nacional. Tem de entrar num período de relativa austeridade que, infelizmente, terá de atingir todos os portugueses. Austeridade significa restrição de certos consumos — públicos e privados. É em grande parte essa austeridade será de ser, conseguida através do aumento de alguns preços, principalmente através da elevação de alguns impostos indirectos, tão longe quanto possível, do aumento de algumas tarifas, do reforço do investimento público, dada a retração, que urge combater, no sector privado e, ainda que provisória, de alguma inflação”. (13/10)

Apesar de terem sido já anunciadas pelo próprio Primeiro Ministro, não se concretizaram ainda medidas de austeridade.

Designadamente não foram publicados diplomas controversos aprovados pelo 5.º Governo da vitória.

## Investimentos públicos

"Executar uma política expansionista de investimentos públicos e especial ênfase nos maior incidência na criação de empregos e o balanço de pagamentos e adoptar medidas de emergência para o sector em crise", (13/9)

Assume aqui especial relevo o arranque e a dinamização de actividades já relativamente amadurecidas, como é o caso dos complexos petroquímicos de Sines e do Porto, o plano siderúrgico, o aproveitamento das pilras alentejanas, o plano eléctrico, que inclui novos centros de produção, as linhas de transporte e electrificação rural.

Estes projectos representarão um investimento global da ordem de 100 milhões de contos, a realizar nos próximos 6 anos. Teremos, também, de nos abalarçar em direcção a projectos que diminuam o grau de nossa dependência dos mercados externos, assumindo especial relevo a produção de açúcar de beterraba, tractores e máquinas agrícolas, camiões, electro e electrodomésticos e motores de combustão interna.

No sector da obra pública, há que incrementar a satisfação das necessidades mais prementes das populações mais desfavorecidas, na prioridade para o saneamento básico — água e esgotos — e a construção de estradas, e que executar grandes empreendimentos de efeito multiplicador em ordem ao desenvolvimento económico-social, regional e nacional.

- Foi anunciada a próxima discussão de um plano integrado de controlo e animação industrial em que se inserirá a criação de um Commissariado para a Indústria Metal-Mecânica Pesada. Não foram ainda concretizados outros planos de investimento público.

## Foupança privada

"Criar condições de existência que permitam captar as poupanças e sua canalização para o sistema produtivo, designadamente a proposta dos empréstimos e estabelecer garantias de indemnização para as pequenas poupanças levantadas nos sectores económicos", (13/9)

- Não se refere em 13/10. Nenhuma medida substancial foi adoptada neste campo.

## Política de preços e rendimentos

"Definir uma política de preços e rendimentos capaz de assegurar a racionalização da actividade económica e a defesa e a melhoria do nível de vida das classes trabalhadoras e das camadas mais desfavorecidas da população, assegurando-as, ainda, a protecção no quadro da segurança social, das pequenas empresas forçadas a cessar a actividade devido à reforma económica", (13/9)

- Quanto à política de preços, foi aprovada a Lei Orgânica do Ministério do Comércio Interno, e especificamente regulamentada a matéria dos preços dos adubos bem como dos subsídios a atribuir aos pequenos e médios agricultores.

No que se refere à política de rendimentos foram tomadas algumas medidas pontuais respeitantes aos subsídios de férias e Natal dos agentes administrativos regulamentados, bem como foi dada a criação de uma comissão de função pública designadamente a remunerações acessórias e complementares. Nenhuma medida fiscal foi promulgada.

Terras Altas

# A "Revolução de Lisboa" não chegou aos camponeses

A ARRUMAÇÃO das clientelas políticas que tem vindo a ser tentada nas regiões de Entre Douro e Minho, com a inevitável base conferida pelos resultados do sufrágio de Abril, aparece ao observador estranho como um mosaico ondulado e confuso, onde os indicadores sociais complexos e mal trabalhados pelos partidos assinalam tendências no papel que pouco, às vezes nada, têm a ver com o país real e com o povo a que dizem referir-se.

Na zona minhota que tem Braga como centro verificámos, ainda uma vez, o marcado divórcio que existe entre as populações da cidade e da aldeia. As primeiras, pequeno-burguesas, assumindo uma posição de classe, onde o processo revolucionário valerá o que valerem as suas concepções de socialismo, reformistas e contemporizadoras; as segundas, formadas pelo povo mais pelo proletariado industrial do triângulo Porto-Braga-Barcelos e pelos camponeses detentores de um pedaço de terra e dos instrumentos de produção a ela inerentes, escaram com desconfiança os segmentos revolucionários que pretendem modificar o "socialismo inato" de que se reclamam com a razão de quem o pratica no quotidiano.

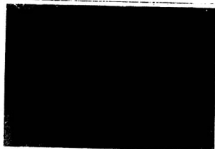
Para uma compensação aceitável das actuais condições de vida numa região natural disposta de condições naturais e potencialidades específicas, pareceu-nos importante o contacto directo com a gente da cidade e a da aldeia,

como ponto de partida para uma ordenação, que não pode ser nem infalível nem exaustiva, mas que permitirá traçar uma perspectiva social integrável num balanço mais profundo.

Não é possível, por outro lado e pelas leis fixadas da sociologia, a compartimentação rígida de camadas populacionais em pramílias com rótulos de "fábrica" e "campo" ou "cidade" e "aldeia", pela razão de que tais classificações pecariam sempre por diferença, a única concesso a fazer, e essa ainda só como instrumento de trabalho, será de anotar as características próprias da pequena burguesia, do proletariado industrial e/ou camponês e das ligações ou desconexões que dessas condições resultam.

Cidades como Braga, Viana do Castelo e Barcelos, que vivem apoiadas numa bem dimensionada cintura industrial, centralizam ainda os sectores secundário e terciário e polarizam as actividades comerciais e administrativas. O proletariado industrial assume aqui a importância de base de todo o processo de produção e aparece como móbil principal dos partidos políticos interessados na sua situação, manipulação que os sindicatos podem velar.

Acontece, entretanto, que não há em rigor uma linha de demarcação entre operário e pequeno proprietário rural. Quase todos os operários das fábricas têm, nas aldeias circundantes, a sua casa modesta e um também



Na permuta de serviços, a entranhada representa o "socialismo natural" das populações minhotas

Do nosso  
enriado  
Victor  
Dimitri

modesto quadrado de terra. Não existe, portanto, a definição rigorosa de "proletário", nem em função da indústria nem em função do campesinato. E os trabalhadores rurais que trabalham exclusivamente para outros não existem em número que

justifique a designação de proletariado rural.

Tais situações não são, de modo nenhum, nem de antagonismo nem de confronto; antes se completam, materializando um certo tipo de "socialismo natural", que referimos há pouco e que se traduz pela permuta de serviços não remunerados entre os membros da comunidade. Citamos como exemplo a resposta que nos deu um rural que trabalhava com outros na vindima:

"Nós andamos a ganhar salões, trabalhamos hoje no vinh' deste, que amanhã trabalhe na nossa. A isto que se chama socialismo..."

## Que quer dizer "fim de citação"?

E tivemos oportunidade de constatar que a permuta de serviços é prática habitual e velha de gerações entre as gentes do campo minhoto, na maior parte das tarefas de todos os dias. Quer se trate de arrotar um pedaço de terreno, de carregar mato para a cama do gado ou lavar, coar e recolher, o sistema assenta na troca de serviços combinados.

Na aldeia de Soajo, em plena terra do mesmo nome, depáramos com uma estrutura urbana quase medieval e com a tradicional grande divisão, quase pulverizada, da propriedade rústica. A produção assenta nos cereais, na batata e no vinho, mas os circuitos de comercialização conti-

nuam a beneficiar os intermediários não produtores, ou francamente emperrados pelos grãos de areia do aparelho burocrático oficial.

Numa povoação serrana, encontramos na estrada uma mulher do povo que trocou conosco algumas impressões. Ela o que me lembro, em discurso directo:

"O meu marido trabalha na 'arte' da construção civil. Ganha 150 réculos, quando tem trabalho e quando não tem amanha as terras... Ohe, veio ontem da vila, o grémio pagou-lhe o vinho da quinta. Nem sei bem quanto foi, mas só chegou a casa muito sangada e disse que o dinheiro nem dava para a cura de vinho. Sim senhor, temos aí uma pédua de vinho que dá umas sete pipas. Mas o ano passado atingem o congresso o vinho, e já tinhamos esvaziado do ano anterior.

Tivemos que o vender para quinta, para não perder tudo. E lá vamos ficando umas batatas, lá vamos um pouco de azeite que nem dá para o ano inteiro e um bocadinho de cereais.

Não sei, ninguém nos empresta dinheiro. Temos 7 filhos, se mais velhos já estão casados, um emigrou e os outros estão por aí, falfamente todos criados. Mas passamos muita fome, eu e o meu homem, para os criar e pagar a casa..."

Explico-las que "não entendia nada do político" e que a vida no campo "não melhora grande coisa. Os adobos subiram muito, não se pode pagar a homens para trabalhar à jornal, porque os não há ou querem 150 réculos por dia e o meu homem só ganha 150... E

depois disso tudo, fica o vinho por aí nos vasilhos..."

"Mas vive melhor ou pior?", inquirimos. Um acollher de ombros: "Ah, a mesma coisa, pode ser. A gente ainda não viu nenhum resultado dessa revolução lá de Lisboa..."

A "revolução de Lisboa" parece ter certa dificuldade em penetrar a cortina de desconfiança dos povos do Minho, para quem a informação é pouco menos do que indistinguível, quase sempre confusa e pouco frequente. Registámos, como sintomático, o episódio da-quele aldeão que, após um tri-jornal particularmente verboso se vir para um dos eruditos da terra (o padre, o professor primário ou os que têm jornais) e pergunta candidamente: "Se não passou nem coisa de fim de citação. O que é que isso quer dizer?"

## Padres progressistas e reaccionários

O pároco de Soajo, que nos recebeu para uma curta conversa, pareceu-nos aberto aos novos rumos da hierarquia religiosa, que consideramos inovadora. Explicou-nos que o seu ministério não depende rigidamente da orientação central do arcebispado, "pois não somos herdeiros de cargo para cumprir o estatuto."

É um homem bem integrado na comunidade que nos afirmou ao enfatizar por servir há seis anos. Mas ao seu entender a presença da Igreja em terras do Soajo pode ser considerada fraca, em termos de receptividade: "As pessoas aceitam a religião, e a sua vinculação à Igreja, como mera presença utilitária, pronta a cumprir os hábitos rituais de nascer, casar e morrer, porque esses momentos anuais são importantes na vida da comunidade. A partir disso, a vida processa-se com a rotina do costume, sem uma frequência doméstica que seja longe de ser entusiástica."

E o resumo da situação na aldeia não difere muito dos que obtivemos noutras localidades, ligadas por um mesmo sentido da sobrevivência em circunstâncias difíceis, afastadas, quase ignoradas dos centros de decisão do país a que pertencem.

Os partidos políticos não têm real implantação na freguesia, de resto muito populosa e dispersa por vários lugares; alguns oradores políticos de matizes vários têm tentado a palavra, "mas as pessoas ouvem, quando ouvem, e vão à sua vida."

Há um grupo numeroso de activistas do MRPP que é tolerado e pretende "educar as massas" e os militares, ao princípio bem recebidos, são agora encarados com indiferença quando (eventualmente) aparecem pela aldeia.

Os camponeses, afirmam-nos, vivem cada vez com mais dificuldades, ainda que quase todos possuam um bocadinho de terra, às vezes exausta, uma parreira de vacas, um porco ou dois. Já fazem a cultura do vinho, que não vendem por falta de mercado, ou de cestão e batas que não possuem praticamente valor comercial.

E o padre, a reconhecida autoridade cultural e religiosa, vivendo tradicionalmente dos chamados "direitos paroquiais" pagos em género pelos paroquianos, tem de recorrer ao mister de professor da telecursa para angariar subsistência.

É de notar-nos: "Os jovens pouco se interessam por esse tipo de contribuição, que consideramos obsoleta e parasitária, os mais velhos contribuem, ao que podem por hábito. Fundamentalmente, penso que a missão do padre pode ser entendida em função de vários



Socejo, aldeia quase medieval reconeça a faina outonal da vindima

tipos de utilidade, de que o ensino pode ser exemplo — especialmente em zonas onde o recrutamento de professores seja mais difícil — e que lhe permitam angariar o sustento."

Por outro lado, sublinhamos que em vastas zonas do Minho os padres nem sempre reflectem o mesmo tipo de independência e progressismo; são até acusados de culpas em algébras cabalas facciosas que teriam por centro difusor o clero próximo do arcebispado de Braga e, de um modo geral, como terreno de manobra, as povoações mais afastadas dos braços significativos da revolução. Enquanto em certos povoados pobres

das terras os padres cultivam, como suplemento da subsistência, o quintal do paçal, noutras aldeias, ou vilas, o pároco vive ainda desfogadamente em casas apalacadas, com terrenos agricultáveis que vão suprido as necessidades em legumes e azeitas.

Esta forma de viver reflecte, de certo modo, a mentalidade do "ministro de Deus", um dos quais nos confirmou, em aldeia já perto de Penafiel:

"As pessoas são em sua grande maioria católicas. E pedicam a sua fé como dantes, apesar dessas ideias que têm vindo por aí, trazidas pelos repaões e homens mais novos que trabalham nas fá-

bricas... Mesmo assim há mais de 100 por cento da gente que vai à Igreja e ouve a doutrina, e não se sente afectada pelos ideologias anti-religiosas com que às vezes contactam."

O mesmo pároco informou-nos de que vive dos "direitos paroquiais" que grande parte dos fiéis entrega pontualmente em raras de milho e outros produtos da terra, e do seu vencimento de professor da escola. A Trigueira "depende hierarquicamente de Braga e, embora o nosso interlocutor considere que tem havido adaptações, "aquí ainda não chegaram muito ideias, são coisas que levam tempo."

### Políticos: erros e proveltos

A rigidez evidente das problemáticas que são comuns a muitas outras do país. O desemprego incide nos circuitos industriais mas reflecte-se nos aglomerados urbanos e nos serviços e sectores subsidiários.

A questão dos reformados das ex-colónias tem vindo crescer as já debilitadas posses de muitas famílias, que se vêm na obrigação de receber parentes ainda desequilibrados, e maior parte das vezes sem qualquer recurso, em circunstâncias que agravam as condições de vida dos agregados familiares.

Uma indiferença marcante às actividades dos partidos políticos em geral dá o posto da politização das populações, de que certos indicadores evidenciam um antioportunismo primitivo e quase atávico: fruto inercial da desindustrialização, a seu aproveitamento e exploração por correntes que dele beneficiam.

Curiosamente, muitos jovens do MRPP que vão por aldeias fora vender o jornal do movimento,

reclamando-se de comunistas, são recebidos com simpatia pelo menos sem agressividade e vendem o jornal a camponeses analfabetos, que o levam para casa para os filhos lerem ao ser.

Na opinião de alguns observadores locais, tal "fenómeno" poderá explicar-se pelo acúmulo de erros cometidos pelo PCP nas suas tentativas de conquista de adeptos, utilizando ineficientemente o argumento anti-clerical e anti-religioso em zona de arraigadas tradições desse género.

"O erro fundamental do PCP", afirma-nos um desses observadores, "foi ter dirigido os seus ataques à estrutura da Igreja nas suas figuras mais marcantes, e não na sua base social, delimitada da manutenção das profissões injunctas e designações sociais. Nunca explicou aos operários e camponeses a necessidade de desmantelar os agentes religiosos que serviam os interesses da terra, mas os... diferentes... dos padres progressistas que o defendiam e que a povo levam embora a ombro pela conquista dos direitos comunistas."

Como conclusão, parece-nos de referir que o barómetro político

que serviu de ponto de lançamento às actividades partidárias já parece vincadamente modado. E embora as populações tenham votado, há 6 meses, em partidos políticos que prometiam corresponder à sua sede de justiça, estão profundamente desiludidas com o rumo que segue os gabinetes. A cotação dos políticos está nitidamente a descer e não é só porque os "comunistas" do Minho são os médicos, engenheiros e advogados que se passeiam em carros de luxo entre as suas quintas e vinhedos, enquanto os camponeses de estrada deitam a sua simpatia aos partidos de direita. Se a mantêm ou não é difícil comparar, mas o facto certo é que o povo do Norte não é reacconário, e que trabalha arduamente enquanto espera que a revolução chegue às terras altas.